U.PORTO
FACULDADE DE DESPORTO
UNIVERSIDADE DO PORTO

A COMPETIÇÃO DE JUDO PARA DEFICIENTES VISUAIS:

Procura de evidências sobre a equidade do modelo competitivo em vigor

Dissertação apresentada com vista à obtenção do 2º ciclo em Atividade Física Adaptada, da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, ao abrigo do Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 65/2018 de 16 de agosto.

Orientador: Professor Doutor Rui Jorge de Abreu Veloso

André Luiz de Santana Silva

Porto, 2020

Ficha de Catalogação

Silva, A. L. S. (2020). A competição de Judo para deficientes visuais: Procura de evidências sobre a equidade do modelo competitivo em vigor. Porto: A. Silva. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Atividade Física Adaptada, apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

PALAVRAS-CHAVE: JUDO, DEFICIÊNCIA VISUAL, DESEMPENHO DESPORTIVO, EQUIDADE.

Agradecimentos

A dissertação aqui apresentada, resulta da idealização de um sonho que se tornou realidade, o caminho percorrido regado a empenho, desafios, incentivos e aprendizado. Claro que a idealização do sonho foi meu. No entanto, para a realização de todo este trajeto, pude contar com o carinho, paciência, ajuda e dedicação de muitas pessoas. Meus sinceros agradecimentos para os que contribuíram por mais esta etapa de minha vida.

A minha família, base fundamental da minha existência e formação como pessoa, minha eterna gratidão à mãe, pai e irmãs.

A querida e amada esposa, que sempre foi um exemplo de companheirismo e determinação, por ter-me apoiado em todos os momentos e ter compreendido a minha falta de tempo e disponibilidade. Graças a ela viemos à Portugal e descobrimos o quanto temos laços com este país, a ponto de, desde o primeiro dia, nos sentirmos em casa.

Meu sincero obrigado ao orientador Professor Doutor Rui Veloso, por toda a compreensão e simpatia, transmitindo confiança e respeito durante o desenvolvimento desta dissertação.

Agradeço aos colegas e todos os docentes do Mestrado de Atividade Física Adaptada por todo o conhecimento que me foram transmitidos e serviram de contributo para o desenvolvimento deste trabalho.

Minha gratidão aos amigos deficientes visuais, graças e eles pude perceber o mundo muito além do que e captado pela visão.

Meus agradecimentos a todos os meus grandes amigos. Independentemente de quaisquer distâncias sempre estiveram ao meu lado, fazendo-me me sentir lisonjeado por tamanha dedicação.

Muito obrigado!

Índice Geral

Agradecimentos III
Índice Geral IV
ÍNDICE DE FIGURAS VII
ÍNDICE DE QUADROS IX
ÍNDICE DE GRÁFICOS XI
ÍNDICE DE ANEXOS XIII
RESUMO XV
ABSTRACT XVII
LISTA DE SIGLAS DE ABREVIATURAS XIX
CAPÍTULO I 1
1. Introdução 3
1.1. Enquadramento do tema 3
1.2. Estrutura da Dissertação 9
CAPÍTULO II 11
2. Revisão de Literatura 13
2.1. Deficiência Visual 13
2.1.1. Definição e Classificação 13
2.1.2. Epidemiologia e Etiologia 20
2.2. Desempenho Desportivo 24
2.2.1. Componentes e Fatores do Desempenho 27
2.2.1.1. Técnica 28
2.2.1.2. Capacidades Psicológicas 30
2.2.1.3. Condições Limitantes 32
2.2.1.4. Condições Externas 32
2.2.1.5. Aptidão Física 33
2.2.1.6. Capacidades Técnico-cognitivas 35
2.3. Judo 36
2.3.1. Caracterização da Modalidade 36
2.3.2. O Judo como Desporto Competitivo 37
2.3.3. Judo Adaptado Competitivo para Deficientes Visuais 40
2.4. Equidade 43
2.4.1. Equidade no desporto 43
CAPÍTULO III 47
3. Pertinência e Objetivos do Estudo 49
3.1. Definição do Problema 49
3.2 Objetivos 50

CAPÍTULO IV 51
4. Estudo Experimental 53
4.1. Material e Métodos 53
4.1.1. Métodos 53
4.1.2. Caracterização da Amostra 53
4.1.3. Instrumentos e Procedimentos Estatísticos 54
4.2. Apresentação de Resultados 55
4.3. Discussão de Resultados 63
4.4. Conclusões 71
CAPÍTULO V 75
5. Referências Bibliográficas 77
CAPÍTULO VI XXI
6. Anexos XXIII

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo de desempenho desportivo (Friedrich et al., 1988 apud Böhmer, 1994). 28
Figura 2 - Dojo dimensões e estruturas padronizadas pela IJF de competições oficiais (IJF, 2020). 38
Figura 3 - Judogi ou fato de Judo (IJF, 2020)..... 39

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Terminologia para os padrões de classificações da acuidade visual de acordo com o grau da deficiência visual (WHO, 2019a). 18
Quadro 2 - Classificação desportiva de acordo com a IBSA (2018a)..... 19
Quadro 3 - Crescimento populacional dos últimos 5 anos ONU (2019). 20
Quadro 4 - Organização das categorias sênior em provas internacionais (IJF, 2020). 37

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de atletas em cada ano das competições. 56
Gráfico 2 - Distribuição dos atletas por classificação IBSA em cada competição. 57
Gráfico 3 - Distribuição de atletas considerando o sexo e classificação desportiva para deficientes visuais. 58
Gráfico 4 - Distribuição dos atletas masculinos de acordo com o peso e classificação IBSA. 58
Gráfico 5 - Distribuição das atletas femininas de acordo com o peso e classificação IBSA. 59
Gráfico 6 - Distribuição de medalhas diante das expectativas de cada categoria IBSA. 59
Gráfico 7 - Distribuição de medalhas no ano de 2014 diante das expectativas de cada categoria IBSA. 60
Gráfico 8 - Distribuição de medalhas no ano 2015 diante das expectativas de cada categoria IBSA. 60
Gráfico 9 - Distribuição de medalhas no ano 2016 diante das expectativas de cada categoria IBSA. 61
Gráfico 10 - Distribuição de medalhas no ano 2016 diante das expectativas de cada categoria IBSA. 61
Gráfico 11 - Quadro de medalhas e distribuição pela classificação IBSA. 62
Gráfico 12 - Distribuição de medalhas de acordo com o sexo masculino e classificação IBSA. 63
Gráfico 13 - Distribuição de medalhas de acordo com o sexo feminino e classificação IBSA. 63

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1 - Resultado Final Masculino do Campeonato Mundial de Judo IBSA Colorado Springs (USA) 2014 XXIII
Anexo 2 - Resultado Final Feminino do Campeonato Mundial de Judo IBSA Colorado Springs (USA) 2014. XXIV
Anexo 3 - Resultado Final Masculino do Campeonato Mundial de Judo IBSA Seoul (KOR) 2015. XXV
Anexo 4 - Resultado Final Feminino do Campeonato Mundial de Judo IBSA Seoul (KOR) 2015. XXVI
Anexo 5 - Resultado Final Masculino dos Jogos Paralímpico Rio de Janeiro (BRA) 2016. XXVII
Anexo 6 - Resultado Final Feminino dos Jogos Paralímpico Rio de Janeiro (BRA) 2016. XXVIII
Anexo 7 - Resultado Final Masculino do Campeonato Mundial de Judo IBSA Odivelas (POR) 2018. XXIX
Anexo 8 - Resultado Final Feminino do Campeonato Mundial de Judo IBSA Odivelas (POR) 2018. XXX

RESUMO

Na atualidade, temos assistido a um crescente aumento de praticantes de exercício físico e desporto, tendência que é, também, acompanhada pela população praticante do desporto adaptado. O Judo é um bom exemplo disso e encontra-se em ascensão nas últimas décadas. Para atingir o alto rendimento, é importante que durante o processo formativo do judoca na modalidade, seja promovido o desenvolvimento sensorial, cognitivo, social e motor dos praticantes. Tais aspetos e suas inter-relações serão de extrema importância no desempenho competitivo apresentado pelo atleta, uma vez que este competirá contra os demais independentemente do grau de deficiência visual (DV). O objetivo deste trabalho foi procurar saber se existe uma associação positiva entre o número de participantes em cada uma das categorias desportivas (B1, B2 e B3) para a DV e os resultados desportivos alcançados pelos judocas que integram cada uma daquelas, assim como averiguar se o sistema de classificação desportiva internacional para deficientes visuais concorre para uma prática competitiva justa, onde, à partida, os judocas com DV das três categorias mencionadas possam ter as mesmas oportunidades de sucesso no seio do mesmo grupo de competição. O método utilizado teve como base a revisão de literatura, no sentido de recolher dados, que após serem tratados, pudessem contribuir para dar resposta aos objetivos do estudo. Deste modo, foi feita a análise estatística dos dados das principais competições mundiais de Judo para deficientes visuais entre 2014, 2015, 2016 e 2018. Para o efeito recorreu-se ao *software* SPSS, utilizando o teste *Qui-Quadrado*, em que foram feitas análises das distribuições das amostras independentes (ano da competição, sexo, categoria de peso, classificação dos atletas de acordo com o *IBSA* e resultados das competições). Foi concluído que a associação entre as três classes desportivas para DV não foi positiva, assim como o atual sistema organizacional das provas não é equitativo, já que a categoria B1 está em desvantagem relativamente às demais.

PALAVRAS-CHAVE: JUDO, DEFICIÊNCIA VISUAL, EQUIDADE, DESEMPENHO.

ABSTRACT

Nowadays, we have seen an increasing number of practitioners of physical exercise and sport, a trend which is also followed by people who practice adapted sports. Judo is a good example of this phenomenon and it has been on the rise in recent decades. In order to achieve high performance during the training process of the judo athletes, it is important to promote the sensory, cognitive, social and motor development of practitioners. Such aspects and their interrelationships will be extremely relevant in the competitive performance presented by the athlete, since one will compete against the others regardless of the degree of visual impairment (VI). The objective of this research was to find out if there is a positive association between the number of participants in each of the sports categories (B1, B2 and B3) for the VI and the sports results achieved by the judo athletes that integrate each one of them, as well as to verify if the international sports classification system for the visually impaired contributes to a fair competitive practice, where, from the beginning, the judo athletes with VI of the three categories mentioned can have the same opportunities for success within the same competition group. The method used was based on a literature review, with the intention of collecting data, which after being treated, could contribute to answering the objectives of the study. This way, it was performed a statistical analysis of the data related to the main world judo competitions for the visually impaired in the years of 2014, 2015, 2016 and 2018. For this purpose, the SPSS software was used, applying the Chi-Square test, in which analyses of independent sample distributions were performed (year of competition, sex, weight category, classification of athletes according to IBSA and competition results). It was concluded that the association between the three sports classes for VI was not positive, as well as the current organizational system of the events is not equitable, since category B1 is at a disadvantage in relation to the others.

KEYWORDS: JUDO, VISUAL IMPAIRMENT, EQUITY, PERFORMANCE.

LISTA DE SIGLAS DE ABREVIATURAS

AV - Acuidade Visual

CDPD - Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

CIF- Classificação Internacional de Funcionalidade

CV - Campo Visual

DD - Desempenho Desportivo

DM - Desenvolvimento Motor

DV - Deficiência Visual

ERNC - Erro de Refração Não Corrigido

et al. - et alli = e outros

FIJ - Federação Internacional de Judo

HM - Habilidade Motora

IBSA - Federação Internacional de Desporto para Cegos

ICD - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde Relacionados

IOSDs - Organizações Internacionais de Desportos para Pessoas com Deficiência

IPC - Internacional Paralympic Committee

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

WHO – World Health Organization

CAPÍTULO I

1. Introdução

1.1. Enquadramento do tema

O presente estudo, vinculado ao 2° Ciclo em Atividade Física Adaptada da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, foi desenvolvido com base em teorias de abalizados doutrinadores, com o intuito de buscar maiores esclarecimentos sobre o tema abordado, dando a devida importância aos deficientes visuais praticantes de Judo.

As pessoas com determinadas sequelas ou impedimentos a longo prazo, seja de princípio físico, mental, intelectual ou sensorial, são consideradas deficientes, as quais, ao longo do trajeto de vida, poderão se deparar com inúmeras barreiras. Tais interferências poderão caracterizar a maneira de participação plena e efetiva, desses indivíduos, em sociedade (ONU, 2007).

Na linha desta preocupação, a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), no seu art. 5.º, refere que é vedado praticar qualquer tipo de discriminação à Pessoa, independentemente do tipo de circunstância ou motivo[1]. Desta forma, caberá ao Estado a responsabilidade de tomar as devidas providências e garantir a proteção e igualdade de direitos (ONU, 2007).

Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que o número de pessoas deficientes visuais espalhadas pelo mundo, com o comprometimento da visão moderada, grave ou cegos, se aproxima dos 2,2 bilhões. No entanto, a OMS incentiva a adoção de métodos preventivos como exames periódicos e cuidados que promovam o bom estado da saúde visual, sendo que tais medidas

[1] Cfr Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência." Art. 5º:

1. Os Estados Partes reconhecem que todas as pessoas são iguais perante e sob a lei e que fazem jus, sem qualquer discriminação, a igual proteção e igual benefício da lei.
2. Os Estados Partes proibirão qualquer discriminação baseada na deficiência e garantirão às pessoas com deficiência igual e efetiva proteção legal contra a discriminação por qualquer motivo.
3. A fim de promover a igualdade e eliminar a discriminação, os Estados Partes adotarão todas as medidas apropriadas para garantir que a adaptação razoável seja oferecida.
4. Nos termos da presente Convenção, as medidas específicas que forem necessárias para acelerar ou alcançar a efetiva igualdade das pessoas com deficiência não serão consideradas discriminatórias."

podem contribuir para uma diminuição na incidência de DV. Porém para isto sempre é levado em conta os agentes ponderantes nas dimensões das doenças visuais (idade, sexo, sítio que se vive e nível de renda) (WHO, 2019b).

Organização Mundial da Saúde busca estabelecer uma concordância entre o modelo médico e social de saúde. Tais orientações serão enquadradas nos domínios da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), servindo para padronizar os conceitos e mensuração dos aspetos funcionais de cada indivíduo, já que também busca estabelecer classificações e uma linguagem comum para os diferentes profissionais que estão relacionados com a melhoria da qualidade e garantias da saúde (OMS, 2013; Pereira et al., 2011).

Já a especificidade do tipo de acometimento da DV pode se dar por meio da Classificação estatística internacional de doenças e problemas de saúde relacionados (ICD-10), em sua 10ª revisão. Esta ferramenta, utilizada para classificar e caracterizar as doenças em meio a variedades de sintomas, anomalias, sinais, circunstâncias sociais e outros fatores que interferem na saúde. A identificação dos tipos de distúrbios visuais, baixa visão e cegueira, poderão ser qualificadas através dos códigos H-53 e H-54 do CID-10, diferenciando-se quanto ao nível da saúde visual, origem e características da deficiência (WHO, 2010).

É importante salientar que o indivíduo pode ser considerado com baixa visão quando necessita utilizar técnicas de orientação, já que os resquícios visuais não são suficientes. O indivíduo considerado cego não consegue distinguir a luminosidade, embora consiga distinguir as formas (Diehl, 2008). Diversas são as causas que afetam o devido funcionamento e estruturas do sistema ocular, podendo se manifestar por ordem congênita, através de doenças infeciosas, causas acidentais, nascimento prematuro e/ou em comorbidade com outros tipos de deficiências (Bozzini et al., 1991; Cavalcante, 1995; Cidade & Freitas, 2002; Craft & Lieberman, 2004; Munster & Almeida, 2013; Nabeiro, 1992; Sihota & Tandon, 2015).

De acordo com Haywood e Getchell (2016), a deficiência visual (DV) poderá afetar diretamente o processo de Desenvolvimento Motor (DM), já que

este é um processo cumulativo e contínuo de mudanças na capacidade funcional ao longo da vida, levando em consideração determinadas restrições, tais como o ambiente, fatores sociais e os tipos de tarefas que induzem as devidas mudanças. Este processo no caso do deficiente visual parte principalmente da interação entre as decodificações de informações sensitivas junto à percetiva, considerando-se que o ambiente não será único e exclusivo ponto de transmissão, sendo também importante as ações pessoais para se obter e atribuir diferentes significados ao mesmo estímulo.

Durante o processo construtivo, a privação de estímulos psicomotores e demais componentes adjuntos provocará maiores dificuldades no processamento de aprendizagem e, consequentemente, põe em risco todo o DM (Ribeiro, 2009). Por tais consequências, torna-se permissível a identificação de determinadas dificuldades no cumprimento de algumas atividades, além de, também, serem constatadas em características cognitivas, motoras e afetivo-social (Medeiros, 2016).

Desde a fase inicial do DM, adaptações metodológicas deverão ser aplicadas durante as suas várias fases de aprendizagem, adquirindo um significado e importância que poderão definir as competências e habilidades específicas em determinado desporto de alto rendimento (Júnior et al., 2009).

Sabe-se que tamanha complexidade estará relacionado à preparação desportiva no alto rendimento e que a união de vários fatores será o predicativo do resultado final (Dantas, 2014). Tais fatores vão além do domínio dos conhecimentos e conteúdos do treinamento, mas leva-se em consideração a arte e intuição do treinador, considerando que o processo de preparação estará relacionado com evidências empíricas diagnosticadas na prática pelos próprios treinadores (Gomes, 2009).

Ao assumir características que fomentam o desenvolvimento global dos seus praticantes, as artes marciais e as lutas ocupam um papel de grande destaque. Nos últimos anos, esse ramo do desporto sofreu grandes e valiosas transformações, o que facilitou a sua integração em várias esferas da sociedade, nomeadamente na vertente de lazer, defesa pessoal, melhoria da aptidão física e alto rendimento (Silva & Gonçalves, 2013).

O Judo é um bom exemplo, compreendido tanto como uma atividade milenar ligada a determinadas orientações filosóficas e religiosas, quanto a uma atividade física e desportiva, propícia para a prática educacional (Stevens, 2007). Tal arte, criada por Jigoro Kano durante a Era Meiji (1868-1912), período em que o Japão passou por uma série de transformações no contexto político-social, que extinguiu o Sistema Feudal e com ele o estilo de vida samurai (Sousa, 2010). Para se perceber os princípios que precederam a criação do Judo, se faz necessário um entendimento através do percurso histórico do Japão, uma vez que tal arte não foi simplesmente desenvolvida por um único criador, e sim contou com a contribuição de um longínquo processo histórico de civilizações (García, 2016).

A influência das culturas orientais, seguida do período de isolamento político-económico do Japão, fortaleceu ainda mais a construção cultural japonesa, que sempre prezou e priorizou pela tradição autóctone[2], independente das miscigenações. Isto pode ser observado de acordo com as contribuições religiosas, que desde o princípio seguiram os conceitos adotados pelas Filosofia japonesa, em associação à cultura milenar chinesa, coreana e indiana. As uniões do Xintoísmo[3] ao Budismo[4], Taoísmo[5] e Confucionismo[6], formaram a arte Zen, que em associação com o ideal samurai e o estudo sistematizado do Ju-Jutsu, serviram de base analítica para a organização metodológica do Judo (Araújo, 2005).

Partindo da etimologia da palavra Judo, concluímos que se trata de dois caracteres chineses. O *JU*, que é introduzido para dar significado à flexibilidade, suavidade, ceder e o *DO*, que se refere ao caminho ou princípio, a maneira como conduzirá a própria vida. O Judo, em sua forma global, é bem mais que uma arte

[2] Que ou o que é natural do território onde vive; pertence ao povo natural de um território (Dicionário da Língua Portuguesa, 2013).

[3] Crença religiosa mais antiga do Japão, nativa do seu povo (Ramos, 2017).

[4] Doutrina filosófica e espiritual, surgida na Índia, no séc. VI a.C. que tem como preceito a busca pelo fim do sofrimento humano e assim, alcançar a iluminação (Araújo, 2005).

[5] Tradição *filosófica* e *religiosa* originária do *Leste Asiático* que enfatiza a vida em harmonia com a natureza (Araújo, 2005).

[6] Sistema filosófico, ética social, ideologia política, tradição literária e um modo de vida (Araújo, 2005).

marcial e pode ser considerado um estilo de vida (Araújo, 2005).

Com a queda dos Xogunatos[7], e o início da restauração, o imperador, que passou a ser a figura eminente sendo comparado a um Deus vivo, mesclou o poder político com a religião e utilizou como base legal uma nova Constituição outorgada, reestabelecendo os direitos e deveres da população japonesa (Pedriza, 2013).

Diante de tamanhas transformações, Jigoro Kano, em seus estudos, levou em consideração a permanência da identidade cultural nipônica como essencial, utilizando como base de fundamentação, o antigo estilo marcial (Casado & Villamón, 2009). Kano sistematizou o atual estilo de luta com base no Ju-jutsu[8], denominando-o "caminho da suavidade", tendo aplicado princípios filosóficos bem definidos, capazes de desenvolver o aprimoramento físico, intelectual e o caráter no processo e aperfeiçoamento do ser humano (Casado & Villamón, 2009).

Em fevereiro de 1882, na cidade de Tóquio, Kano inaugura o Kodokan "Escola para o estudo do caminho". A escola foi desenvolvida para ensinar "o caminho" através do que designou de Judo Kodokan. A metodologia aplicada se tornou uma referência no Japão e mais tarde seria reconhecida em todo mundo (Kano, 2008).

Estilo diferente do ideal proposto por Kano, o Ju-jutsu "Arte Suave", não poderia ser praticado por qualquer pessoa, era necessário determinado atributo físico em que o objetivo final consistia em vencer os adversários. Em 1898, Kano pronunciou uma reestruturação de base com atributos desde a organização metodológica baseado nos conhecimentos do Ju-jutsu, que resultaria no processo evolutivo e transformador para as artes marciais (Correia & Franchini, 2010).

Para Kano (2006), nem sempre os aspetos técnicos devem ser postos como prioridade, na verdade é levada em consideração uma série de fatores provenientes do *Bushido*, "código de honra, ética e moral", que serve para

[7] Era um título militar, usado no período do Japão feudal, concedido diretamente pelo Imperador ao general que comandava o exército (Dicionário da Língua Portuguesa, 2013).

[8] Arte marcial estudada e praticada pelos Samurais (Ângelo, 2016).

complementar e auxiliar o percurso do judoca. As virtudes éticas sociais e pessoais serão de grande valor neste processo construtivo do praticante dentro da doutrina filosófica do Judo.

A idealização de Kano foi baseada na resolução de problemas, utilizando a energia física e mental de maneira eficaz e satisfatória. As suas técnicas desenvolvidas auxiliam os praticantes a melhorarem determinados aspetos pessoais e interpessoais, realçando que o Judo é o caminho do autoconhecimento e parte da formação integral do ser humano (Marwood, 2002).

Os pontos acima apresentados, tais como o fortalecimento do corpo e da mente, trabalhados em conjunto, podem ligar-se ao “Princípio da Eficiência Máxima”, definido pelo fundador do Judo. Este descreve que as nossas ações cotidianas, aliadas à empatia entre os componentes da sociedade e a colaboração recíproca, poderão proporcionar o bem-estar e serem atribuídos em benefícios físicos e psicológicos (Caffary, 1994).

Na vertente desportiva do Judo os atletas são distinguidos por escalões de acordo com a faixa etária, por sexo, distribuídos por categorias de peso e níveis competitivos. A categorização de acordo com a idade é importante já que serve para respeitar as etapas de aprendizagem do desenvolvimento humano, ao que remete a diferenciação entre os sexos é pertinente já que existem diferenças fisiológicas entre homens e mulheres. Também importante é a distribuição dos atletas em categorias de peso, uma vez que o nível de aptidão física interfere no desempenho (Rivas & Junior, 2007; Sterkowicz & Franchini, 2000).

Na elite do Judo, composta por deficientes visuais, além do aperfeiçoamento das aptidões físicas e técnicas, outras particularidades também serão importantes, já que são oriundas dos processos de informações e experiências do indivíduo adquiridas ao longo da vida, para designar algumas reações e comportamentos do competidor que interferem na performance desportiva apresentada. A base desta averiguação são os fatores que estão presentes desde o início do ciclo de desenvolvimento e aprendizagem do indivíduo, e que são relevantes no processo construtivo do perfil intrínseco, caracterizado por fontes oriundas do próprio indivíduo para a realização de uma

determinada ação, e do perfil extrínseco proveniente de fatores que independem da pessoa em questão, a qual é estimulada por fatores provenientes do meio ambiente e social (Fonseca, 2012).

No âmbito do desporto competitivo, o *Internacional Paralympic Committee* (IPC) exige uma classificação desportiva funcional, dentro das normas da Federação Internacional de Judo (FIJ), em que se verificam os critérios mínimos de comprometimento do atleta e se a distinta limitação que possuí é semelhante a de outros atletas, para minimizar possíveis benefícios no desempenho desportivo (IPC, 2015). Para isso, os sistemas de classificação desportiva incluem uma variedade de procedimentos: avaliação médica, sendo esta feita por um especialista da deficiência apresentada, uma avaliação funcional que servirá como meio classificatório para a categorização de acordo com as especificidades desportiva e, por fim, uma avaliação observacional sobre o atleta com deficiência antes, durante e após a competição (Strohkendl, 2001).

Hoje, na maioria dos desportos que fazem parte do programa Paralímpico, utiliza-se o sistema de classificação funcional (Cardoso & Gaya, 2014). Os critérios que definem os sistemas de classificação desportiva são de responsabilidade da entidade nomeada para identificar o grau de acometimento da deficiência em questão. No caso dos deficientes visuais, os critérios são regidos pela Federação Internacional de Desporto para Cegos (IBSA) que, por exceção, utiliza somente o meio clínico baseado no diagnóstico médico, que avaliará a DV por meio da acuidade visual e do campo visual (IBSA, 2018; IPC, 2020).

1.2. Estrutura da Dissertação

O presente documento está organizado de acordo com as normas estabelecidas para este tipo de trabalhos[9].

O capítulo I diz respeito a uma introdução onde são focados os aspetos

[9] Normas e orientações para a redação e apresentação de dissertações e relatórios da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

gerais abordados neste estudo, os quais pretendem fazer um enquadramento do tema. Neste enquadramento, será feita alusão à problemática da deficiência visual no contexto da competição de Judo, assim como a referência a aspetos históricos e de caracterização da modalidade, no sentido de a dar a conhecer melhor. O propósito do estudo contribuirá para balizar os procedimentos levados a cabo ao longo do trabalho. Seguidamente, No Capítulo II, será apresentada a Revisão de Literatura, sendo esta uma parte vital deste processo de investigação, pois a base teórica transmitirá o “estado da arte”, assim como contribuirá para a discussão dos resultados.

No capítulo III surgem o Problema e Objetivos de Estudo. Nesta parte, serão apresentados os problemas específicos que deram origem ao estudo, os aspetos que lhe conferem relevância, assim como os objetivos (gerais e específicos).

O capítulo IV será dedicado ao estudo experimental, tendo como base os referenciais metodológicos utilizados na averiguação dos resultados, a devida discussão e conclusões.

No capítulo V é apresentado todos os Referenciais Bibliográficos utilizados na composição deste documento.

Por fim, no Capítulo VI, apresentar-se-ão os anexos, os quais pretendem apresentar os quadros de classificação das várias competições que serviram de base para o presente estudo.

CAPÍTULO II

2. Revisão de Literatura

Neste capítulo serão desenvolvidas, de forma aprofundada, as temáticas referentes à Deficiência Visual, Desempenho Desportivo, Judo e Equidade.

2.1. Deficiência Visual

2.1.1. Definição e Classificação

A sociedade, ao rotular um padrão de normalidade de “homem ideal”, na maioria das vezes apresenta-se munida de preconceitos e rejeição aos deficientes, ao invés de aprender a conviver e respeitar a diversidade em todos os campos sociais (Scherer, 2012). Tanto é assim que cerca de 70% das informações em todo mundo são produzidas para serem visualizadas (Maia,1996; Rodney, 2003; Seixas, 2008; Watkinson & Graham; 2005), ou seja, os deficientes visuais, além de todas as limitações imposta pela própria deficiência, ainda precisam lutar por condutas igualitárias dentro da própria sociedade.

A Deficiência Visual (DV) é o estado em que há um comprometimento e diminuição da resposta visual provenientes de imperfeições no sistema visual ou do órgão, mesmo após tratamento ou correções ópticas convencionais (Santos & Pianca, 2016). Ao compararmos todos os sentidos, a visão, além de manter a integração com os demais órgãos sensoriais, pode ser considerada como a mais importante por ser fundamental na funcionalidade diária de todos os indivíduos (Sim & Mackie, 2015; Silva et al., 2004). A visão e a sua relação com o meio ambiente durante o processamento e integração da informação, faz com que haja uma inter-relação entre o próprio ambiente, outros indivíduos e o desenvolvimento da tarefa (Haywood & Getchell,2016). Tais processamentos serão provenientes do sistema visual, vestibular e propriocetivo (Juodzbaliene & Muckus, 2006).

A perda da visão é uma grande preocupação na área da saúde, pois leva a prejuízos funcionais, limitando e interferindo na autonomia e desempenho, além de repercutir de forma negativa na qualidade de vida do acometido com a

deficiência (Silva et al., 2004; Temporini & José, 2004). Isto poderá ser constatado com a diminuição na performance de atividades diárias, nas respostas de controle do equilíbrio, comprometimento da velocidade de reação dos movimentos adjunto aos demais segmentos corporais, interferência no tempo de precisão e ação psicomotora por parte dos indivíduos com DV (Juodzbaliene & Muckus, 2006; West et al., 2002).

A DV também deve ser levada em consideração quanto a sua distinta conjuntura que, por vezes, interfere diretamente no estilo de vida e nas perceções da qualidade de vida do acometido. O estilo de vida está ligado aos nossos hábitos e ações do dia a dia que, ao longo dos anos, podem sofrer mudanças diante das experiências adquiridas (Nahas, 2013). Já a qualidade de vida é o autoconhecimento de como se vive de acordo com a própria perceção de bem-estar diante de uma série de fatores individuais, socioculturais e ambientais (Nahas, 2013).

Tamanha é a gama de fatores e peculiaridades abordadas na DV, que isto faz com que a própria deficiência seja classificada mediante a aspetos legais, médicos, educacionais e desportivo, sendo as duas últimas as que se aproximam de um padrão da “normalidade” do cotidiano e do contexto profissional de Educação Física (Crós et al., 2006; Muster & Almeida, 2013).

Nomeadamente na literatura internacional, as perdas das capacidades visuais recebem nomes específicos que se enquadram para diferenciá-las. Esta foi a proposta de Colenbrander (2002) ao validar nomenclaturas ao que se refere a apuramentos de ordem oftalmológica:

Blindness (cegueira) - termo utilizado para as pessoas que possuem uma funcionalidade visual praticante nula e como recurso vale-se maioritariamente de outras capacidades sensoriais;

Low vision (baixa visão) - utilizado para as pessoas com perda de visão dos graus inferiores, podendo os indivíduos recorrerem ao auxílio de técnicas ou dispositivos que auxiliem na deficiência, já que a visão é menor que o normal, fazendo com que o indivíduo não seja considerado cego;

Visual impairment (deficiência visual) - é uma definição que tanto será utilizada para a condição de perda visual como também para a caracterização

da perda das capacidades visuais;

Functional vision (visão funcional) - termo utilizado para caracterizar cada ser humano de acordo com o cumprimento de tarefas do dia a dia, levando-se em consideração a funcionalidade visual;

Vision loss (perda de visão) - é um termo geral que inclui quer a perda total de visão (cegueira), quer a perda parcial (baixa visão), que em inúmeras vezes não são devidamente esclarecidos;

Mild, moderate, severe, profound vision loss - são termos que caracterizam os níveis diferentes de perda de visão;

Visual disability (incapacidade visual) - é um termo ligado à perda de visão associado ao comprometimento da realização de tarefas, por conta das perdas das capacidades visuais;

Visual handicap (desvantagem) - deve ser utilizado como a condição visual que coloca barreira à participação social.

A DV poderá ser definida através de testes em indicadores da função visual, que denuncie alguma disfunção do sistema oftalmológico, caracterizando-se como algum dano parcial da visão nomeada de “baixa visão” ou a perda total, também chamada de “cegueira”. As peculiaridades quanto ao grau do acometimento dependerão das variáveis analisadas em relação aos níveis da acuidade visual (AV) e do campo visual (CV) (Bicas, 2002; Germano et al., 2019).

Neste contexto, o CV é descrito através da análise da pessoa em uma determinada distância, com o olhar fixo para um ponto referencial estático. Com isso, consegue-se determinar a abrangência e amplitude visual que o olho é capaz de focalizar o objeto (Sá et al., 2007; Spector, 1990).

As análises é feita por um teste de Logaritimo do Ângulo Mínimo de Resolução (LogMar), utilizando o perímetro de Hamblim em que o sujeito deverá manter a fixação visual e detetar os pontos referenciais em locais diferentes, dentro do campo de visão em um ciclo de 140 ms (milissegundos), limitado ao uso da visão periférica, sem os movimentos dos olhos e/ou da cabeça (Matos, 2008; Mesias et al., 2010; Rayner, 1998; Vickers, 1988; Sanders 1993).

A amplitude alcançada pelo CV dependerá do tónus de cada músculo, da complexidade do movimento e da atuação dos três pares de músculos estriados:

os retos laterais e mediais, que movimentam os olhos para os lados; o reto superior e inferior, que controlam para cima e para baixo e os oblíquos superior e inferior, que giram os globos oculares (Maia, 2018).

Segundo Spector (1990), as pessoas que se submetem ao teste monocular para verificar o sinal do CV, tomam como base as amplitudes angulares do olho, sendo o olho uma das referências em relação a outros segmentos anatômicos, tais como o 30º do ângulo interno da visão e a fixação central, já o CV periférico pode se estender a uma graduação de 100º lateralmente, 60º medialmente, 60º para cima e 75º para baixo. Já a referência do eixo nasal e temporal terá como graduação 90º de fixação central, e no lado temporal encontra-se o ponto cego normal entre 12º-17º e abaixo do meridiano horizontal 1, 5º. Por fim, no lado nasal as graduações serão superior 50º e no inferior 60º.

A AV é a principal medida da visão central, sendo constituída por cones e descreve a capacidade do sistema visual em resolver e quantificar detalhes espaciais e contrastes por uma combinação de fatores ópticos e neurais, desde que haja uma distância entre dois pontos (Jackson & Bailey, 2004; Maia, 2018; Sihota & Tandon, 2015).

Uma pessoa com AV normal, quando colocada a uma distância de 10 metros, mal conseguirá distinguir dois pontos luminosos que estarão separados por cerca de 1,5 – 2 milímetros de distância uma da outra, já que o arco leva cerca de 25 segundos para fazer a distinção da fonte luminosa pontual, isto porque a imagem a partir da retina será reduzida (Hall, 2011). As principais notações utilizadas para representar a AV são: a decimal; a fração de Snellen; a frequência espacial e o logaritmo do ângulo visual (Messias et al., 2010).

Um dos métodos clínicos para avaliar a AV consiste em uma técnica que o paciente ficará a uma distância de 20 pés (6 metros) de um quadro com letras organizadas em linhas, em que cada linha é organizada de forma decrescente de tamanho. Se a pessoa conseguir visualizar as letras do topo ao final, será considerada com a visão normal 20/20, a proporção da AV baseia-se na fração matemática que determina a distância do examinado em relação ao quadro e a distância real que ele conseguirá visualizar as letras (Hall, 2011; Sihota &

Tandon, 2015).

A DV pode ser definida em dois grupos: a cegueira e os que possuem uma visão residual, “visão subnormal ou ambliopia”, sendo essa última um rebaixamento significativo da AV; redução do CV; menor sensibilidade a contrastes e limitações de algumas capacidades (Santos & Pianca,2016).

O termo cegueira é utilizado para o indivíduo cego (não há perceção de luz) ou os que possuem pouca visão (perceção à luz) inferior a 3/60 de AV em um olho menor, sendo capazes de perceber vultos sem definições e algumas cores, e que na maioria das vezes necessita do contributo compensatório de outras capacidades sensoriais (Naipal & Rampersad, 2018; Neves, 2016; Rhein et al., 2015; WHO, 2015).

De acordo com *WHO* (2015) a baixa visão é o comprometimento funcional da visão que apresentará AV menor que 6/18 a perceção da luz; CV menor que 10º do ponto de fixação ou que, mesmo após tentativas de correções refrativas padronizadas e/ou tratamento clínico apresenta os resultados para baixa visão.

Várias são as generalidades das pessoas com DV, geralmente a patologia visual estará relacionada com um ou mais órgãos da visão, havendo alterações a nível estrutural e anatômico, os quais podem ser considerados a gênese de toda a alteração a nível funcional e no desempenho (Muster & Almeida, 2013).

De acordo com *WHO* (2020), a classificação da DV baseia-se em testes da AV, analisando-se a gravidade apresentada no olho que possui a pior e a melhor visão. Caso seja constatada alguma deficiência ou não, a visão poderá se enquadrada num dos seguintes seis níveis: visão “normal”, DV leve, DV moderada, DV severa, cegueira e comprometimento da visão de perto.

No quadro 1 podemos diferenciar os graus de DV em até seis categorias: uma categoria que se enquadra como uma visão “normal” por apresentar um grau de deficiência nulo; nesta mesma categoria pode-se enquadrar a DV leve, já que há possibilidade de sanar o problema desde que os padrões da AV sejam superiores a 6/18; as categorias que apresentarão as DV moderada e severa se diferenciarão pelo nível de acometimento da AV, as quais também podem ser consideradas como baixa visão; já a cegueira poderá ser classificada de acordo com a AV e o grau de perceção de luz (profunda, quase total e total); e por último

o comprometimento da visão não qualificado.

Quadro 1 - Terminologia para os padrões de classificações da acuidade visual de acordo com o grau da deficiência visual (WHO, 2019a).

Categorias	**Acuidade Visual (após melhor correção possível)**	
	Pior do que	**Igual ou melhor**
1. Deficiência visual leve ou inexistente	----------	6/18 3/10 (0.3) 20/70
2. Deficiência visual moderada	6/18 3/10 (0.3) 20/70	6/60 1/10 (0.1) 20/200
3. Deficiência visual severa	6/60 1/10 (0.1) 20/200	3/60 1/20 (0.05) 20/400
4. Cegueira Profunda	3/60 1/20 (0.05) 20/400	1/60* 1/50 (0.02) 5/300 (20/1200)
5. Cegueira Quase Total	1/60* 1/50 (0.02) 5/300 (20/1200)	Perceção à luz
6. Cegueira Total	Sem Perceção à luz	
7. Deficiência visual não qualificada	Não determinado ou não especificado	
	*Ou conta os dedos a 1 metro.	

A classificação desportiva dos DV nos desportos Paralímpicos (Futebol de 5, Goalball e Judo) fica a cargo da *IBSA*, que usa métodos sistemáticos através do diagnósticos das condições visuais e dos correspondentes relatórios médicos, que servem para atestar o grau de perda visual e também para determinar a elegibilidade dos atletas e agrupá-los de acordo com as distintas habilidades visuais, dentro da perspetiva desportiva (IBSA,2018b).

Para a definição de classes na *IBSA*, a AV e o CV são os parâmetros testados e necessitam atender critérios mínimos de imparidade, para poder

alocar o atleta com DV em uma das três classes como se encontra no quadro 2. A AV deve ser menor ou igual a 1.0 e o CV restrito a menos de 40 graus de diâmetro (IBSA, 2018b).

Desde 1982, que a *IBSA* utiliza o método de classificação universal classificando a deficiência visual em 3 categorias (B1, B2 e B3) em que o “B” é a designação inicial da palavra em inglês *Blind*. O atleta deverá ao menos apresentar um dos seguintes acometimentos: Comprometimento da estrutura ocular; comprometimento do nervo óptico/vias ópticas ou comprometimento do córtex visual (Carmeni, 2000; IBSA, 2018b).

Características que distinguem as respetivas classes:

B1: nesta classe são destinados os atletas com cegueira total definida por nenhuma perceção luminosa em ambos os olhos, até uma leve perceção de luz, mas sem capacidade de reconhecer o formato da mão em qualquer distância ou direção;

B2: nesta classe entram os atletas com capacidade de perceber vultos e a forma da mão até a acuidade visual de 2/60 e/ou com campo visual inferior a 10 graus;

B3: nesta classe estão os atletas que conseguem definir imagens com acuidade visual de 2/60 a 6/60 e/ou com campo de visão de mais de 5 graus e menos de 40 graus.

Quadro 2 - Classificação desportiva de acordo com a *IBSA* (2018b).

Classe desportiva	Acuidade Visual	Campo Visual
B1	Inferior a 2/60	----------
B2	Entre 1/50 e 2/60 (inclusive)	Diâmetro inferior à 10 graus
B3	Entre 1/40 e 1 (inclusive)	Diâmetro inferior à 40 graus

2.1.2. Epidemiologia e Etiologia

Estima-se que o número de pessoas com algum tipo de DV no mundo se aproxima dos 2,2 bilhões (WHO,2019c). Ao se levar em consideração os números da Organização da Nações Unidas (ONU), que contabilizou no ano de 2019 um total de 7.7 bilhões de pessoas em todo o planeta. Ou seja cerca de 29% da população mundial apresenta algum acometimento à nível visual (ONU, 2019; WHO, 2020).

Neste sentido, na incidência de DV, que poderá se enquadrar desde enfermidades ópticas até cegueira, os indivíduos mais afetados são os que vivem em países subdesenvolvidos (Bastos, 2017; WHO,2019b). O aumento do crescimento populacional (quadro 3), a negligência educacional para a adoção de comportamentos preventivos, dificuldades econômicas, aumento da expetativa de vida, dificuldade de acesso à assistência oftalmológica, escassez de mão-de-obra especializada, falta de organização da infraestrutura na prestação de serviços essenciais de prevenção, diagnósticos e tratamentos das doenças oftalmológicas, são alguns dos fatores que contribuem para a não diminuição significativa do número de DV (Temporini & José, 2004).

Quadro 3 - Crescimento populacional dos últimos 5 anos *ONU* (2019).

Ano	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**
Bilhões de Pessoas	7.379	7.464	7.547	7.631	7.713

A diminuição nos números de casos de DV pode estar relacionada a fatores extrínsecos, que não dependem única e exclusivamente do deficiente, mas também das condições sociais e econômicos, bem como da atuação por parte das políticas públicas, que devem ter por finalidade uma ênfase na assistência oftalmológica abrangente, através de programas de prevenção à cegueira e a consideração de todos os componentes que se relacionam para o devido funcionamento do sistema de saúde, como é o caso de vários profissionais dentro de suas particularidade e campo de atuação (Riddering,

2016; Temporini & José, 2004).

Segundo a *WHO* (2019b), aproximadamente 1 bilhão de casos dos 2.2 bilhões de pessoas com alguma deficiência a níveis visuais, poderiam ter sido evitados, se identificadas ou feitas as devidas correções da(s) deficiência(s). As principais DV podem se manifestar sob a forma de algum erro de refração não corrigido (ERNC) (123,7 milhões), catarata (65,2 milhões), glaucoma (6,9 milhões), opacidade da córnea (4,2 milhões), retinopatia diabética (3 milhões) e tracoma (2 milhões), bem como comprometimento da visão por presbiopia não tratada (826 milhões).

No ano de 2004, um estudo baseado nas definições do CID-10, serviu para atualizar vários autores e estudos da *WHO*, admitindo que não foi dado a devida importância aos erros de refração, tanto que os resultados apontaram que se tratava de uma das principais causas da baixa visão e cegueira. As evidências chegaram a 48,87% oriundas de erros de refração não corrigidos e 18,20% dos casos de cegueira (Resnikoff et al., 2008).

Ao abordar a diversidade de DV, alguns fatores, como o período da vida e a origem etiológica, não passam despercebidos e sempre são questionados (Muster & Almeida, 2013; Craft, 2004). Vários autores divergem no que diz respeito ao período transitório, que classificará a cegueira, podendo esta ser hereditária ou adquirida. Tal questão não é bem definida pelos especialistas, devendo-se dar a devida importância à ocorrência da cegueira ligada às distintas condições do desenvolvimento e da aprendizagem, sendo consensual que tais processos serão distintos, quando se manifestam em idades diferentes da vida (Garcia, 2014).

Boa parte das manifestações de DV ocorre em pessoas com idade superior aos 50 anos (WHO, 2019b). No entanto, os diagnósticos e manifestações apresentadas antes e após o nascimento, serão decisivas na organização de medidas tomadas com as pessoas lesionadas visualmente (Sihota & Tandon, 2015). A DV poderá ser congênita, proveniente de algum distúrbio cromossômicos ou defeitos monogênicos; congênita intrauterina e perinatal, proveniente de processos inflamatórios. Já a DV adquirida será proveniente de fatores exógenos, como é o caso de hipovitaminose A e

processos traumáticos (Brito & Veitzman, 2000; Shah et al., 2011; Sihota & Tandon, 2015).

A DV congénita pode ser classificada a partir do sítio onde se originou a deficiência, levando-se em consideração a DV cerebral (dano na via óptica posterior e no córtex cerebral) e a DV periférica (dano no globo ocular, retina ou nervo óptico anterior) (Sonksen & Dale 2002 *apud* Greenaway & Dale, 2017). A incidência dos números de DV congênita é superior em países desenvolvidos, já que a população tem acesso a bons serviços de saúde. Inversamente proporcional serão os números de casos em países em desenvolvimento, em que os números serão maioritariamente de causas infeciosa ou déficit nutricional (Brito & Veitzman, 2000). A cegueira em crianças é apresentada com uma variabilidade de aproximadamente 0,3/1000 crianças em países desenvolvidos e 1,5/1000 em países em desenvolvimento (Shah et al., 2011).

A caracterização e as causas das principais DV serão descritas a partir daqui (catarata, glaucoma e ERNC). A catarata pode ser congênita, de aparecimento precoce ou tardio, e adquirida. A patologia decorre de uma opacidade no cristalino, que em condições normais deve ser como uma lente transparente, biconvexa, elíptica, semi-sólida, convergente e é responsável pela transmissão, filtragem e foco de luz para a retina (Conselho Brasileiro de Oftalmologia, 2003; Muster & Almeida, 2013; Maia,2018).

Sendo a responsável por 50% da cegueira em todo o mundo, a catarata é constatada maioritariamente em público dos 45 anos em diante. Vários fatores contribuem para as manifestações precoces da catarata, entre eles: alterações genéticas, metabólicas, exposição por demasiado tempo ao sol e radiação UV-B, não se hidratar adequadamente, baixa ingestão dos nutrientes necessários e, por vezes, a DV poderá apresentar uma progressão ascendente quando outra patologia intervém diretamente (Conselho Brasileiro de Oftalmologia, 2003; Sardegna et al., 2002; Sihota & Tandon, 2015).

Atualmente, a correção pode ser feita através de intervenção cirúrgica, com a implementação de uma lente artificial na parte interna da estrutura capsular (Muster & Almeida, 2013). Dado que o tratamento cirúrgico necessita de recursos humanos e profissional especializado, se torna de alto custo, porém

promissor, uma vez que permitirá a reabilitação do indivíduo para a sociedade (WHO, 2013).

O glaucoma, que também poderá ser congênito ou secundário, é considerado o causador de 15% da cegueira a nível mundial, com uma prevalência maior nos países asiáticos. Tal patologia se caracteriza por alterações específicas do campo visual e geralmente estará associada a hipertensão intraocular (Muster & Almeida, 2013; Sihota & Tandon, 2015). Fisiologicamente, a câmara anterior do olho é composta por líquido produzido pelo epitélio ciliar, nele serão transportados nutrientes assim como a remoção dos resíduos, o aumento ou redução do líquido influenciará a pressão ocular afetando a função da retina e do nervo óptico (Lešták et al., 2019; Sardegna et al., 2002; Weinreb et al., 2014).

A classificação do glaucoma poderá ser feita em primário ou secundário, sendo os principais o glaucoma primário de ângulo aberto (mais frequente) e o glaucoma primário de ângulo fechado (Lešták et al., 2019; Sardegna et al., 2002). A prevenção pode ser feita através de exame oftalmológico, que verifica a pressão intraocular, teste do campo visual e análise profunda do disco óptico. O tratamento pode consistir em medicação, cirurgia ou terapia à laser (Weinreb et al., 2014).

Já os erros de refração não corrigidos (ERNC) são uma das causas mais comuns de DV em todo o mundo. Tal patologia é ocasionada por um desajuste óptico resultante da capacidade do olho em focalizar os raios de luz sobre a retina afetando o campo visual. Nesta deficiência, a patologia poderá ser manifestada por ordem congénita ou adquirida (Ferraz et al*.,* 2014; Maia, 2018; Naipal & Rampersad, 2018; Riordan-Eva, 2011; WHO, 2013).

A classificação dos ERNC estará relacionada a maneira com que o desajuste se manifestará nos sítios distintos para cada tipo de ERNC, sendo a base de diferenciação dos locais de focalização do objeto (Maia, 2018). De acordo com Riordan-Eva e *WHO* (2011; 2019b) as ERNC poderão ser classificadas da seguinte forma:

Astigmatismo – resultado de uma irregularidade na córnea fazendo com que a imagem seja distorcida;

Presbiopia - É a perda da acomodação visual decorrente do processo de envelhecimento, tendo dificuldades de ver letras e/ou discriminar objetos pequeninos;

Hipermetropia – dificuldades de focalizar objetos próximos nitidamente;

Miopia – é um erro decorrente de uma alteração refracional em que os objetos distantes não são focalizados nitidamente, durante a convergência dos raios luminosos na retina.

Medidas corretivas poderão ser utilizadas para melhorar a qualidade de vida das pessoas que possuem ERNC, sejam elas por meio do uso de óculos, lentes de contacto, cirurgia ceratorrefrativa, lentes intraoculares e extração do cristalino transparente para correção da miopia (Riordan-Eva, 2011).

Ao considerar fatores genéticos, sociais, ambientais e comportamentais, que influenciarão as ações/reações das pessoas, estes também pode ser averiguado na temática desempenho desportivo.

2.2. Desempenho Desportivo

Desempenho é compreendido por ser a associação de fatores e de determinados processos resultantes das ações humanas, isto mediante as exigências quais os indivíduos podem ser submetidos ou a partir da fundamentação de determinados processos de avaliação (Böhme, 1994). De acordo com o Dicionário da Língua Portuguesa, (2013, p. 500), o significado de desempenho é “recuperação daquilo que estava empenhado; cumprimento de uma tarefa; grau de eficiência no cumprimento de determinada função”, é a relação como alguém se comporta levando em consideração a sua eficácia, o próprio rendimento. No desporto, o desempenho é avaliado como membro integral, tanto como processo, assim como resultado de ações desportivas (Böhme, 1994).

Segundo Lima (1981), o entendimento sobre o Desempenho Desportivo (DD) trata-se de uma imersão humana na busca pela superação de suas capacidades, em conformidade com a justiça, assim como as influências das

manifestações culturais provenientes e refletidas ao longo das gerações, por meio dos progressos, domínios tecnológicos, sociais e culturais. Aspetos singulares do desporto serão necessários quando se busca construir modelos explicativos do desempenho no desporto, partindo do pressuposto que existem vários indicadores que se manifestam em meio a diversidade desportiva. Tais indicadores do desempenho desportivo poderão ser identificados mediante a lógica utilizada, a organização estrutural, assim como a demanda de outros fatores (Pinto, 1998).

As relações multifatoriais integrais e indissociáveis constatadas nos desportos de alto rendimento podem acabar caracterizado por ser uma busca exploratória da eficiência máxima do corpo e da mente. Neste processo construtivo, as capacidades e fatores intrínsecos e extrínsecos estarão relacionados, como as habilidades, a genialidade, as frustrações já que nem todos alcançarão a vitória, as relações com o público, o saber lidar com a fama (Guiramand,2017).

Diante da globalização em que o mundo se encontra hoje, com o quantitativo de meios de comunicação, as informações que são repassadas quase que instantaneamente aumentando a visibilidade desportiva, sendo essa quase impossível de não ser assimilada a um espetáculo e a um meio de comunicação de massa, onde o principal objetivo será a valorização do resultado marcado pelo princípio da vitória-derrota, em que ser atleta passou a ser um negócio rentável, já que os mesmos assumem o papel principal e as imagens serão utilizadas para atrair expectadores e fontes de renda através das campanhas publicitárias (Bracht, 2005).

Vale salientar que nem sempre o espetáculo esportivo é o momento mais decisivo para o atleta, são nos bastidores do universo competitivo e performático que há rotina exaustiva de treinos, período mais propenso a lesões, convívio com dores permanentes e período com aumento de estresse (Guiramand, 2017).

O saber lidar com as adversidades e superar obstáculos de forma resiliente é um divisor de águas no quesito permanência no desporto. As adaptações, as necessidades de adaptação, como se portar com as pressões, são elementos do cotidiano do atleta de alto rendimento que estão presentes no

desporto praticado (Amblard e Cruz, 2013; Bompa & Haff, 2012). Uma tarefa peculiar será a delimitação das características que se enquadram como as mais importantes em cada modalidade desportiva, isto servirá para definir um atleta de alto rendimento diante de suas particularidades.

Para Ericsson, Krampe e Tesch-Roemer (1993) uma pequena parte da população provida de capacidades e habilidades conseguirá se apresentar com maestria durante o desempenho performático, isto é, provenientes de muito treinamento, interferência de circunstâncias ambientais e por fatores adquiridos geneticamente. As respostas para tais características aparecerão através de habilidades mentais mais desenvolvidas, padrões de movimentos excelente, tomada de decisões rápidas e eficientes e maior controle emocional.

Ao se diferenciar os atletas iniciantes, dos atletas de elite, deve-se levar em consideração o quanto consegue dominar a variabilidade de elementos percetivos, cognitivos e aspetos estratégicos comportamentais. O atleta de elite, com o tempo de prática, possuirá um vasto conhecimento diante da especificidade da modalidade praticada, com isso apresentará respostas mais eficazes aos estímulos de identificação, recordação e manuseios (Swann et al., 2015).

De acordo com os autores Swann et al. (2015), o termo “atletas de elite” só deve ser utilizado para identificar os atletas com mais de 10 anos de prática, podendo, também, ser caracterizados pelas experiências provenientes de participações em provas internacionais e/ou nacionais; pelos resultados dos patamares alcançados mediante o comprometimento quanto profissional; e o quanto deverá se predispor em rotinas diárias de treino que geralmente são de 15 vezes por semana em uma média de 6,5 horas ao dia.

As carreiras desportivas dos atletas profissionais poderão apresentar diversas fases, desde a iniciação, a alta competição e a reforma como atleta, estas fases servirão para determinar a estruturação das tarefas específicas em uma modalidade desportiva, levando-se em consideração o compromisso e esforço do atleta em obter altíssimos níveis de desempenho nas competições (Maciel, 2015).

Precipitadamente, o vencer e o êxito são entendidos como aspetos

fundamentais do desporto competitivo. Porém, a devida importância deve ser dada a aspetos com embasamento na formação ética, educacional e moral do desportista, devendo ser inseridos a priori desde a formação desportiva inicial (Constantino, 2013).

2.2.1. Componentes e Fatores do Desempenho

A curto ou a longo prazo, os objetivos do planeamento necessitarão ser mensurados de acordo com as metas, para se delimitar os procedimentos para a realização do treinamento (Bompa & Haff, 2012). Mediante a preparação física, fatores ligados ao desempenho deverão ser estimulados com o intuito de melhorar as qualificações físicas necessárias, já que estarão intimamente ligadas a contemplação do desenvolvimento físico geral, ao fortalecimento e adequações necessárias aos organismos (Matvéieev, 1990). A organização dos procedimentos deve seguir uma metodologia progressiva e passível a adaptações durante todo treinamento, proporcionando uma maior complexidade e sofisticação em todo processo evolutivo do desempenho (Dantas, 2014). As componentes de natureza intrínseca e extrínseca serão o elo de formação dos componentes necessários para a formação das capacidades e condições necessárias que influenciarão o DD (Böhme, 1994).

A complexidade é apresentada mediante as ramificações de distintas áreas de estudos e pesquisas nas especialidades, que abordam as Ciências do Desporto e que buscam auxiliar o desenvolvimento performático das modalidades desportivas: Anatomia, Antropologia, Filosofia, Medicina desportiva, Sociologia Cinesiologia, Fisiologia do exercício, Biomecânica, Psicologia entre outras (Dantas,2014; Rubio,1999).

O DD pode ser representado através das estruturas individualizadas que se correlacionam na construção de componentes e capacidades apresentadas na figura1.

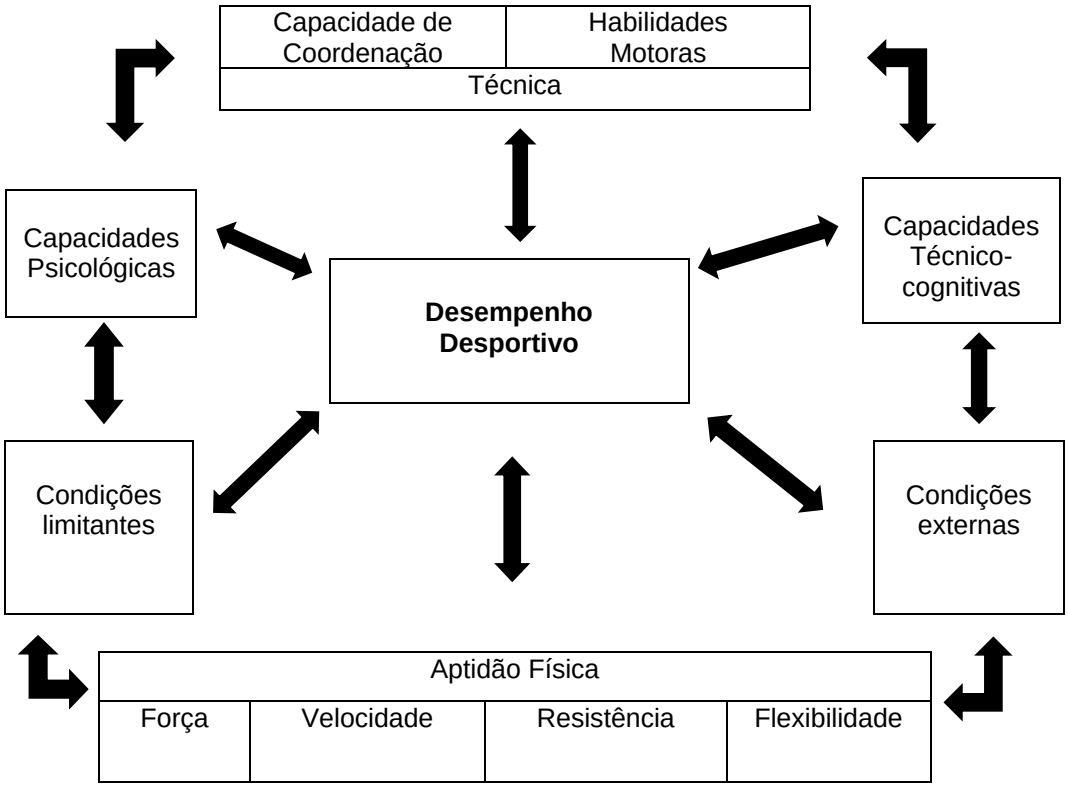


Figura 1 - Modelo de desempenho desportivo (Friedrich et al., 1988 apud Böhmer, 1994).

De acordo com Lima (1981), a preparação física tem de ser o primeiro objetivo trabalhado com o atleta, dando a devida importância à preparação técnica e psicológica. A simbiose entre os parâmetros físicos, mentais e emocionais servirão para antever a viabilidade de participação do atleta em competições de elite que buscam as aquisições significativas no domínio dos seguintes fatores.

"Resistência de base ou endurance; tempo de reacção; flexibilidade articular; potência e força muscular; resistência específica; técnicas corporais ou habilidades motoras; motivação e personalização; percepção e observação dos opositores; etc" (Lima, 1981, p. 112).

2.2.1.1. Técnica

O pleno desenvolvimento da técnica está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento motor (DM), já que este se trata de um processo cumulativo e

contínuo, que se encontra sempre em desenvolvimento e é observável ao longo da vida (Haywood & Getchell, 2016). Parte do produto do DM poderá ser analisado através do progresso das capacidades funcionais, dos níveis e domínios das capacidades coordenativas e as habilidades motoras (Böhmer, 1994; Connolly, 2000).

A capacidade de coordenação está relacionada com o controle de uma ação pelo sistema nervoso central e periférico, em que os padrões de movimentos corporais estão associados ao sistema sensorial para solucionar tarefas motoras expressas por ações e reações nos movimentos, visto que tais estímulos e respostas estão relacionadas com as perceções motoras (cinestésica), em combinações com as perceções visuais e auditivas. No caso dos desportistas, a superação da adversidade promoverá novas ações motoras, promovendo o surgimento de distintas particularidades nos movimentos, que necessitam uma maior complexidade hábil ou uma execução do movimento em condições nada comum (Gomes, 2009; Magill, 2000).

A habilidade motora (HM) é o desempenho de uma tarefa em que se tem uma meta específica a ser atingida, através da utilização de movimentos corporais voluntários, baseados no desenvolvimento do movimento físico multilateral (Bompa & Haff, 2012; Magill, 2000). Os processos de aprendizagens estarão estritamente ligados a processos cognitivos, que se iniciam desde a inexperiência, passando por alterações/aquisições de habilidades e refinamentos, que se relacionarão às estruturas e funcionamento de execuções das ações motoras hábeis (Alves et al., 2016; Barela, 1999).

Durante os processos de desenvolvimento das HM, os comportamentos emergentes irão se relacionando entre si, sendo estes: o organismo, ambiente e a tarefa. O ponto de partida poderá ser a determinação de uma tarefa, em que deve-se seguir um padrão espácio-temporal, vinculada à uma distinta pessoa inserida em um determinado ambiente (Barela, 1999).

De acordo com Magill (2000), a distinção para o tipo de HM é baseada na dimensão do envolvimento de grupos musculares envolvidos na realização da tarefa, podendo ser classificada em HM grossa e HM Fina. A HM grossa é caracterizada por fazer uso de grande musculatura e que não necessita de

grande precisão nos movimentos, já a HM fina necessita primariamente de músculos pequenos, independente da utilização de grandes músculos em suas ações, pois necessitam de um alto grau de precisão e controle na execução da tarefa.

2.2.1.2. Capacidades Psicológicas

As capacidades psicológicas é um dos meios encontrados pela Psicologia Desportiva, que ajudam a melhorar a compreensão, aplicações de técnicas e identificações de fatores que possam influenciar o comportamento motor, através de ações comportamentais das pessoas envolvidas com o desporto (Vieira et al., 2010).

Segundo Alves et al. (2016), os entendimentos acerca da aprendizagem motora na Psicologia Desportiva permeiam alguns processos básicos: memória, feedback, motivação, perceção, atenção, dentre outros.

Memória - é o envolvimento de diversas estruturas cerebrais responsáveis pela captação, armazenamento e no recordar das informações adquiridas na aprendizagem, proporcionando maior variabilidade de adaptação ao meio e gerando atribuições subjetiva de significados às nossas vivências. A memória pode ser classificada em memória de curta duração ou de longa duração. A memória de curta duração trata-se de um processo de retenção de novas informações, que serão memorizadas por um curto espaço de tempo, envolvendo as estruturas como hipocampo, a amígdala, o córtex entorrinal e o giro para-hipocampal, sendo depois transferida para as áreas de associação do neocórtex parietal e temporal. A memória de longa duração é um processo de retenção das memórias relacionadas com à capacidade de aprendizagem, sendo esta fortalecida por uma rede de significados provenientes da repetição dos registos já existentes.

Feedback - são todas as informações sensoriais que repercutem nas decisões tomadas, provenientes da integração entre conhecimento, capacidades e atitudes, que se manifestam mediante aos resultados de variabilidade,

estratégia e de avaliação.

Perceção - é uma das funções cerebrais oriundas de experiências passadas, difundida em diversos fatores e de estímulos sensoriais, com significados atribuídos provenientes da seletividade percetiva, experiência prévia e fatores contemporâneos ao fenómeno percetivo.

Motivação - é um dos estímulos encontrados durante o processo de ensino-aprendizagem, como a proposta de obter satisfação e prazer, sendo este um dos fatores determinantes no desempenho de desportistas de alto rendimento.

A busca pelo entendimento motivacional do atleta poderá estar associada à adesão de variáveis incentivadoras à prática desportiva, embasada na identidade de cada atleta adjunto aos próprios significados e sentidos diferentes, considerando-se a conduta de um indivíduo no contexto comportamental universal e as diferenças individuais (Guiramand, 2017; Haywood & Getchell, 2016).

A identificação de forças internas e externas provenientes da motivação intrínseca e da motivação extrínseca, variando de acordo com a história de vida do atleta, e de determinados estímulos significativos, considera-se a partir do momento em que as suas atuações, anseios do atleta e do meio ambiente influenciador, geram comportamentos tanto motivadores quanto desmotivadores (Costa et al., 2011; Figueiredo, 2000; Vallerand, 2007). Atletas, no início de carreira, são estimulados basicamente por motivos intrínsecos, já que o treino é desprovido de recompensas externas (Figueiredo, 2000).

Fatores situacionais como o tipo de personalidade podem ser ajustados às necessidades do atleta e serem utilizados como agentes que elevam o nível de motivação, através da busca de uma recompensa ou o reconhecimento por uma parte da sociedade competitiva (Voser et al., 2017).

A Atenção - é uma das habilidades que necessita controle durante a sua captação de informações, interpretação e argumentação, de determinado assunto para o processamento da ação.

2.2.1.3. Condições Limitantes

As condições limitantes estão relacionadas com os níveis favoráveis ao talento, saúde e componentes da constituição corporal (Böhme, 1994).

O talento é um processo que pode ser trabalhado ainda criança, e por se tratar de uma deteção individual que precisará ser estimulada, considerando as características hereditária, fatores sociais e ambientais, assim como a disposição motora, cognitiva e afetiva, para que o indivíduo provido do talento tenha uma estrutura neurofisiológica, motora, psicológica e anatómica bem preparadas (Hahn, 1987; Schülher Duden, 1987; Silva, 2005).

Constituição corporal é a parte da condição limitante que se refere à soma de todos os componentes que formam a estrutura do corpo, sendo tal estrutura formada basicamente por músculos, massa óssea, massa gorda, tecidos e substâncias residuais (Farias & Salvador, 2005).

2.2.1.4. Condições Externas

As condições externas são todos os fatores que influenciam o desempenho e independem de fatores condicionantes pessoais, como exemplo o meio ambiente, relações socias e familiares e relação entre treinador e atleta (Böhme, 1994).

Apesar do envolvimento de elementos físicos, pessoais, emocionais e ambientais, uma base sólida deve ser formada e combinada com a satisfação expressada através do respeito e confiança entre treinador e atleta, já que ambos contemplarão as metas e, por demasiadas vezes, os limites corporais e psicológicos serão esquecidos em meio a busca e satisfação dos frutos que poderão ser colhidos, diante do desempenho apresentado (Guiramand, 2017).

É evidente que a vitória é o principal objetivo de todos os atletas, sendo essa um marco de sucesso profissional e pessoal adjunto ao resultado do desportista. Uma relação estreita e duradoura é formada entre treinador e atleta, já que será necessário comprometimento e dedicação de ambos (Cheuczuk et

al., 2016).

De acordo com Amblard & Cruz (2015), basicamente a função social é um meio de formação interpessoal somada a tipos de representações mediante à construção de saberes, valores culturais e da conduta, caracterizada pela memória social em função da presente realidade. A família também assume o seu papel fundamental, sendo esta a base forte, preparando e dando todo o suporte necessário no surgimento de possíveis conflitos e adversidades.

2.2.1.5. Aptidão Física

A busca pelo desempenho em seu nível máximo requer um treinamento propício, embasado numa excelente preparação física para a obtenção do êxito desportivo (Gomes, 2009). Em meio a preparação física, o exercício sofrerá demasiada influência da taxa de trabalho efetuada, a velocidade do movimento e qual a composição muscular da fibra envolvida na ação (Powers & Howley,2014). Durante a preparação física, capacidades funcionais serão reunidas no processo, destacando-se as capacidades físicas: força, velocidade, resistência e flexibilidade (Böhme, 1994; Gomes, 2009).

Força - é a capacidade que um corpo possui de sair da inércia em reação a uma força oposta, o treino de força também pode ser definido como treino resistido utilizado para obter melhoria da tensão muscular ao máximo, consequentemente haverá melhoria na aptidão e no desempenho atlético (Bompa & Haff, 2012; Fleck & Kraemer, 2017).

O estímulo efetivo do treino de força proporciona mudança no sistema neuromuscular, tais estímulos podem ser caracterizados mediante a variabilidade do treinamento resistido (isocinético, resistência variável, isométrico, pliométrico) e do tipo de força que será desenvolvida (dinâmica, estática e explosiva) (Dantas, 2014; Fleck & Kraemer, 2017).

De acordo com Dantas (2014), os três tipos de força se diferenciam-se à sua forma de atuar: Força dinâmica é o tipo de capacidade pela qual o corpo exerce uma ação neuromuscular divergente da inércia; Força estática ocorre

quando a ação de força muscular é igual à resistência, ou seja, não haverá movimento; Força explosiva (potência) é a unificação da força dinâmica à capacidade velocidade, em que uma prevalecerá sobre a outra, podendo ser apresentada com maior predominância da força ou da velocidade.

Notadamente, existe uma forte relação entre força e velocidade, se considerarmos a 2ª lei de Newton, em que a capacidade de gerar força é igual ao produto da aceleração pela massa do objeto, conclui-se que para um aumento significativo da aceleração uma força maior deve ser aplicada, por isso o aumento da aceleração resulta em um aumento da velocidade. Ou seja, a capacidade de gerar muita força também gerará aumento da velocidade de movimento no menor tempo possível, superando a resistência (Bompa & Haff, 2012; Gomes, 2009).

Velocidade - é a capacidade em que um atleta manifesta a possibilidade de concluir determinadas ações motoras, em um menor espaço de tempo em uma distância definida, em que será diferente mediante a especificidade da modalidade desportiva e os componentes mais significativos (Barbanti, 1997; Dantas, 2014).

De acordo com Dantas (2014), a velocidade pode ser apresentada de duas maneiras, velocidade de reação, que será necessário um estímulo visual, sonoro ou tátil para efetuar uma resposta correspondente ao estímulo e a velocidade de movimento, que é definida como a rapidez com a qual a musculatura desencadeará uma contração.

Resistência - é uma das aptidões físicas que há demasiado desgaste psicofísico por ser executado em um longo espaço de tempo, em que se tenta manter todos os parâmetros de movimentos musculares (Gomes,2004). A literatura refere-se a dois tipos de resistências: a resistência de baixa intensidade e a resistência de alta intensidade (Bompa & Haff, 2012).

Segundo Bompa & Haff (2012), os exercícios de resistência de baixa intensidade são manifestados por apresentarem potências máximas mais baixas em boa parte das atividades que requisitam as vias energéticas oxidativas ou aeróbias e, se estimuladas com continuidade, poderão melhorar muito o desempenho do atleta. Porém, exercícios de baixa intensidade, que usam vias

energéticas anaeróbias, poderão reduzir a capacidade de desempenho dos atletas. Já os exercícios de resistência de alta intensidade fazem uso de vias energéticas anaeróbias, aumentando o teor de fibras musculares tipo II, proporcionando altas potências ou movimento de alta velocidade proveniente de treinamento intervalado (Bompa & Haff, 2012).

Flexibilidade - é a aptidão física que proporcionará a melhoria da amplitude de movimento de uma articulação em relação a outra, beneficiando o desempenho ao máximo (Gomes, 2004; Haywood & Getchell, 2016). As melhorias dos níveis de flexibilidade poderão ser definidas como ativa ou passiva, nas duas haverá melhoria na amplitude de movimento, a diferenciação entre elas está na metodologia empregada e nos fatores limitantes e condicionantes propícios (Gomes, 2004).

2.2.1.6. Capacidades Técnico-cognitivas

Os desenvolvimentos das capacidades cognitivas também podem ser nomeadamente reconhecidos como “processamento da informação”, em que há uma verossimilhança ao computador, isto porque recebemos, processamos e respondemos com movimentos aos estímulos captados (Haywood & Getchell, 2016).

As capacidades cognitivas são capacidades relacionadas com a resolução de diversas situações e problemas no contexto da modalidade desportiva, levando-se em consideração o nível de preparação e astúcia dos atletas em requisitar ações reguladoras que envolvem antecipação, tomada de decisão, atenção e perceção de maneira conjunta com as aprendizagens técnicas (Greco & Benda, 1998; Saad et al., 2013).

A complexidade dinâmica da interação entre todos os fatores que estão associados ao desempenho, a partir do momento que se propõe uma adequação das necessidades do atleta, visa o êxito e a otimização da performance. O objetivo performático torna-se mais próximo da realidade, e isto se aplica ao Judo de alto rendimento.

2.3. Judo

2.3.1. Caracterização da Modalidade

Por se tratar de uma modalidade que está voltada para o treinamento físico e mental, o aprimoramento da eficiência nas técnicas tanto de ataque como de defesa, desenvolvidas por dois métodos: *kata*[10] e *randori*[11]. Os exercícios e variabilidade de recursos técnicos encontrados no Judo deve-se a organização metodológica criadas por Kano, em que a real aplicabilidade dos valores do Judo aparecerá com a prática regular da modalidade (Kano, 2008).

O ensino do Judo é baseado em fundamentos técnicos composto por *Nage-waza* (Projeções), *Ukemis* (amortecimentos das projeções), *Osae-waza* (Imobilizações), *Shime-waza* (estrangulamentos), *Kansetsu-waza* (Chaves de braço), Ayumi-kata (a maneira de como se deslocar dentro do *Dojo* de forma intuitiva), *Shisei* (vendo e repetindo posturas) e *Tai-Sabaki* (atitudes) (Araújo,2005).

Segundo Veloso (2010), o "caminho da suavidade" em sua variabilidade técnica e de situações, faz com que a busca pelo aperfeiçoamento pessoal e técnico torne-se incessante e prazerosa conferindo à modalidade uma enorme riqueza.

"O número imenso de técnicas e situações que a modalidade encerra é inesgotável e infinito. As suas características "abertas", conferem-lhe uma constante variabilidade e imprevisibilidade" (Veloso, 2010, p.18).

[10] É um sistema de movimentos preestabelecidos em que se executa fundamentos de ataque e defesa, em que os participantes sabem o que o outro irá fazer (Kano, 2008).

[11] É a prática de treinamento fundamentada nas variabilidades técnicas da modalidade e que mais se aproxima da dinâmica competitiva de combate da modalidade (Kano, 2008).

2.3.2. O Judo como Desporto Competitivo

No âmbito do desporto competitivo, o Judo segue os padrões da Federação Internacional de Judo (FIJ), que ao longo dos anos passou por diversas mudanças e adaptações para a melhoria e divulgação desportiva. Tais alterações foram implementadas com a finalidade de favorecer maior dinâmica aos combates e para simplificar o entendimento da modalidade para todos os públicos.

Ao considerarmos a modalidade como desporto de alto rendimento, devemos caracterizá-lo com um desporto que necessita de elevado nível da aptidão física, já que o objetivo almejado é a plenitude da performance do atleta durante o desempenho (Silva 2019). Se tratando de um desporto acíclico, se faz necessário o aperfeiçoamento de capacidades condicionantes durante os treinos, visando a melhoria da flexibilidade, força, velocidade, coordenação e resistência anaeróbia (Franchini et al., 2011). Visando lutas mais justas durante o *Shiai* (Competição), a FIJ organiza as provas mediante a igualdade de características, os atletas são diferenciados pelo sexo e distribuídos em categorias com delimitações de peso, conforme consta no Quadro 4.

Quadro 4 - Organização das categorias sênior em provas internacionais (IJF, 2020).

Categoria	Masculino	Feminino
Ligeiro	<60 kg	<48 kg
Meio-leve	<66 kg	<52 kg
Leve	<71 kg	<57 kg
Meio-médio	<81 kg	<63 kg
Médio	<90 kg	<70 kg
Meio-pesado	<100 kg	>70 kg
Pesado	>100 kg	----------

O tapete (*Dojo*) é a área de competição onde ocorre a luta entre os judocas, a padronização é de uma área total de até 256 m², dividida em duas zonas com cores distintas: a área interna que é a área de combate, com dimensões até 10m em cada lado e o restante é composto pela área de

segurança situada em toda a margem da área de combate com as dimensões até 16m em cada lado. (ver Figura 2).

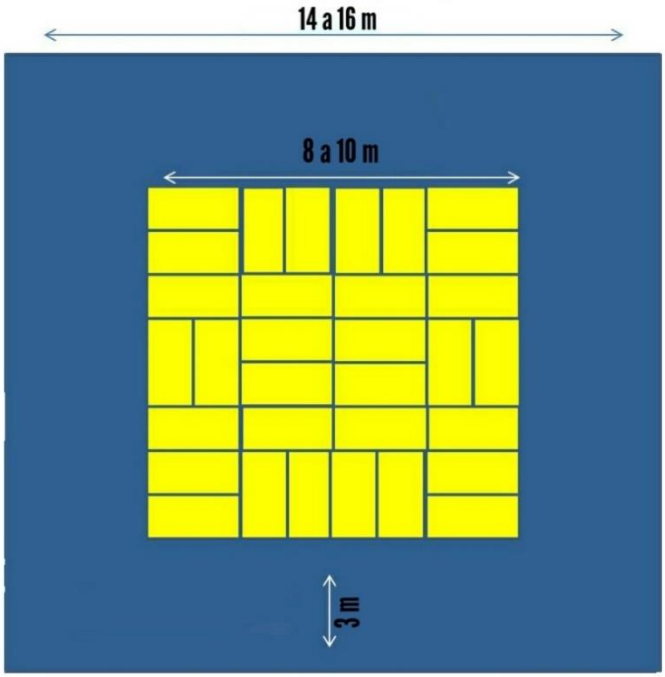


Figura 2 - Dojo dimensões e estruturas padronizadas para competições oficiais (IJF, 2020).

Outro ponto positivo é que há uma distinção nas cores das vestimentas (*Kimono*) dos competidores durante as provas, podem ser brancos ou azuis, facilitando a identificação dos atletas por parte dos espectadores e da arbitragem, em caso de eventuais dúvidas técnicas (IJF, 2020).



Figura 3 - *Judogi* ou fato de Judo

De acordo com a *IJF* (2020), as lutas inicialmente têm um tempo regulamentado de 4 minutos, tanto no masculino quanto no feminino. Durante esse tempo, podem existir pausas, que não influenciarão acréscimo ou decréscimo nestes 4 minutos. Importante destacar que os combates poderão acabar antes dos 4 minutos ou após, dependerá da performance apresentada no decorrer do combate.

O sistema de pontuação pode ser evidenciado da seguinte forma:

Ippon - considerada a pontuação máxima, com valor numérico 10, que pode ser obtido através de uma única projeção perfeita em que o adversário bate toda a parte das costas no tapete.

Wazari – é uma vantagem com pontuação equivalente a meio *ippon*, sendo esta a segunda maior pontuação no desporto, por ser considerada a que mais se aproxima de uma projeção perfeita. A obtenção de dois *Wazaris* em um combate define o término da luta.

Existem outras possibilidades de pontuar durante o *Shiai*, estas podem ser, mediante as seguintes circunstâncias: após 3 penalizações (*Shido*) para um dos atletas ou por imobilização (*Osaekomi-waza*). Durante o combate o atleta pode pontuar progressivamente caso consiga manter o adversário sob controle

na posição de costas no tapete por meio do tempo, o *wazari* será a primeira pontuação a ser considerada caso a imobilização seja efetivada por pelo menos 10 segundos, se por alguma razão o lutador que está atacando (*Tori*) já tenha algum *wazari* a luta termina, caso não, poderá permanecer com a imobilização até os 20 segundos e o *wazar*i será convertido em *ippon*; mais dois casos podem definir o combate a desistência por estrangulamento ou chave de braço.

Caso o combate esteja empatado ao fim de 4 minutos, o desempate ocorre sem limite de tempo no *Ponto de Ouro*, vencendo quem pontuar primeiro (IJF, 2020). Uma das particularidades do sistema de classificação é o facto de haver dois terceiros lugares ex aequo.

2.3.3. Judo Adaptado Competitivo para Deficientes Visuais

O Judo na década de 70 é marcado pelo aumento no número de praticantes com deficiência, física, visual, intelectual e auditiva. Este fato proporcionou aos seus praticantes a organização do I campeonato Mundial de Judo e Karatê para deficientes auditivos no ano de 1979, na cidade de Tóquio. Posteriormente a participação de atletas DV ocorreu oficialmente nos Estados Unidos, no Campeonato Nacional de *Kata* Sénior, no ano de 1986 (Miarka et al., 2011).

Os judocas deficientes visuais que são competidores, por norma devem ser cadastrados nos órgãos como as federações e confederações que representem a FIJ, com a finalidade de acompanhar e manter o padrão de graduação como os demais judocas. Há especificidades dentro das normas da *IJF* que necessitam ser cumpridas de maneira fiel ao Judo tradicional em conjunto com outras que foram introduzidas através de adaptações para auxiliar ao máximo o desempenho dos atletas (Winnick, 2010).

O aumento no número de adeptos do Judo por DV fez com que a modalidade se tornasse o primeiro desporto de origem asiática a fazer parte do programa Paralímpico. A estreia em jogos ocorreu em Seul, no ano de 1988, apenas com competição masculina. Já, no ano de 2004, em Atenas, foram

adicionadas as categorias femininas, possibilitando a sua primeira participação a partir desta edição dos jogos (Confederação Brasileira de Judo, 2020a, 2020b; Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais, 2020).

De acordo com o *IBSA* (2018c), as adaptações possibilitam que atletas DV e auditivos consigam participar das provas de forma segura e adaptada à sua deficiência, respeitando a especificidade e princípios do Judo. Será de responsabilidade do *IBSA* as devidas adaptações:

- Nas competições de Judo adaptado os atletas são conduzidos por seus técnicos até o tapete, sendo encaminhados para junto do árbitro, que os conduzirá até o centro do tatami. Após a saudação, os atletas são obrigados a fazer as pegas e só depois é dado o comando que inicia a luta (*Hajime*). No decorrer da luta, caso algum atleta esteja sem a pega feita, o combate é interrompido (*Mate*) e só reinicia no centro com as pegas feitas. Quanto às pontuações e às penalidades, as regras são as mesmas da FIJ;
- Atletas da categoria B1 utilizam uma identificação no formato circular, de cor vermelha na manga do *Uwagi* (parte superior do fato), sendo este um critério de identificação utilizado pelos árbitros para orientarem os atletas quanto às regras, noção espacial e demais características do desporto;
- Após a saudação, os atletas são obrigados a fazer o *kumikata* (as pegas) e só depois é dado o comando de *hajime* (iniciar). Caso algum dos atletas modifiquem a pega antes do comando de *hajime* poderá ser penalizado com um *shido* (punição);
- Geralmente, as pontuações são expressas verbalmente e através de um gesto feito com o braço indicando o *wazari ou ippon*, adaptação feita para orientar o deficiente visual sobre a pontuação, o árbitro expressará verbalmente a palavra “*shiro*”, caso a pontuação seja favorável ao atleta composto com o *judogi* branco. E se a pontuação for favorável ao atleta com o *judogi* azul, a expressão verbal será ”*ao*”;
- Não é permitido que o atleta solte a pega para fugir do combate. Neste caso, será penalizado. Porém, já será válido, caso solte a pega para efetivar um ataque ou demostrar combatividade, isto sim será válido;

- Não é permitida a utilização de técnicas de projeção com ataques diretos às pernas, nem mesmo tocá-las para se defender. Uma exceção poderá ocorrer para os atletas da categoria B1, caso haja um contato acidental por medida de proteção ou se estiver desequilibrado;
- Os atletas são informados repetidamente de maneira verbal pelo árbitro com a palavra "*jogai*", caso se desloquem para fora da área de combate. Caberá punição se o atleta continuar a se deslocar para fora da área de combate, após o aviso do árbitro. Geralmente, os atletas B1 não são punidos, porém se o árbitro perceber que ele está saindo de propósito poderá aplicar a penalidade;
- Se o atleta também possuir deficiência auditiva, um círculo amarelo na manga do *judogi* será o indicativo, os comandos foram adaptados da seguinte maneira: para iniciar o combate, o árbitro toca uma vez no ombro do atleta, para parar o combate toca duas vezes;
- O indicativo de pontuação é feito pelo árbitro na palma da mão do atleta com deficiência auditiva, com seu dedo fazendo um "I" em caso de *ippon*, "W" em caso de *wazari* e "X" em caso do cancelamento da pontuação;
- As faltas são indicadas no dorso da mão utilizando um dedo na primeira, dois dedos na segunda e em caso de receber a terceira, que equivale ao *hansokumake* (desclassificação), que deve ser sinalizado na palma da mão com a letra "H";

Apesar da classificação, os atletas das três classes em competições podem se enfrentar independente do grau de deficiência. Diante disto, o quantitativo de informações presentes em nosso dia a dia, oriundos de fatores intrínsecos e extrínsecos, podem definir características comportamentais e adaptativas, tendo em vista o nível de desenvolvimento e da perceção sensório-motor de cada indivíduo (Lalane & Lorenceau, 2004).

2.4. Equidade

2.4.1. Equidade no desporto

Quando se trata de desporto adaptado, alguns princípios se tornam ainda mais relevantes, como é o caso da equidade. O princípio da equidade está intimamente ligado ao respeito pelas singularidades de cada indivíduo e à diversidade de agentes que determinam e capacitam o atleta deficiente, bem como as especificidades de sua prática (Cardoso & Gaya, 2014).

Para melhor entender seu conceito, interessante a célebre frase de Aristóteles (2004), ao tratar sobre a equidade. Ele diz que a equidade é quando **"**devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade".

Nesse sentido, a "Equidade", um termo cada vez mais recorrente em várias esferas da sociedade, busca uma padronização sob os critérios da justiça, na perspetiva dos direitos e deveres, com o intuito de equiparar a pessoa em meio a diversidade (Pisco, 2008; Unesco, 2019). No desporto, nomeadamente no adaptado, a equidade apresenta-se através do tipo de classificação funcional ou a maneira com que as regras e objetivos do desporto são organizadas, servindo para minimizar os efeitos da deficiência e assegurar competições justas entre os seus participantes (Tweedy & Vanlandewijck).

É a partir da compreensão das diferenças, através de um exercício de convergência e partilha, que se criam condições para que se construa uma sociedade mais "justa" e pautada na pluralidade de ideias, conceções, vivências e espaços (Bento et al., 1999). Para isso, é necessário a implementação de um processo construtivo idealizado em um conceito que busque a inovação no desporto, tomando como ponto de partida conceções mais abrangentes e plural, almejando alcançar níveis mais elevados na prática desportiva (Kirk & Goreli, 2000; Murdock, 1990; Jones & Cheetham, 2001).

Torna-se evidente que o processo evolutivo do desporto adaptado passou por etapas cruciais, parte dele é evidenciado na diversidade de desportos praticados e diante do aumento nos números de adeptos com deficiências ao longo dos anos (Cardoso & Gaya, 2014). Tais fatores podem ter sido os fortes

influenciadores da base sólida do desporto adaptado, na atualidade, proporcionando a dimensão e a visibilidade que o temos hoje a nível mundial (Celestino & Pereira).

A equidade é parte fundamental da legitimação de uma modalidade desportiva, devendo o processo ter como princípio a disposição da imparcialidade para cada uma das partes, partindo do consenso de que todos que estarão relacionados com a modalidade desportiva não serão prejudicados (Gomes et al., 2000).

No Judo, há particularidades no sentido de legitimação e equidade. Para a legitimação, os critérios e regras são regidos pela FIJ. No Judo praticado por normovisuais e DV, os atletas serão diferenciados pelo sexo, categoria de peso e idade (IJF, 2020). No quesito equidade na modalidade, os atletas normovisuais, durante os combates, se enfrentam sob condições semelhantes. O mesmo não pode ser alegado aos competidores DV que, inicialmente, passam por uma classificação médica/funcional para uma das três classes proposta pelo *IBSA* (IBSA, 2108b). Nesse ponto, a equidade passa a ser questionada, apesar de existirem as delimitações dos graus de deficiência, os judocas das três classes podem se confrontar e, em face de suas particularidades, essa igualdade de tratamento é questionada quando os atletas que possuem deficiências em estados mais graves possam ser prejudicados (IBSA, 2018b; Krabben et al., 2019).

Realmente, para se atender critérios de igualdade em oportunidades é preciso equacionar a realidade, apesar de inúmeras verossemelhanças cade ser tem as suas particularidades fazendo com que seja minimamente diferente dos demais. Isto aplica-se quando considerarmos o sujeito enquanto ser único em suas experiências singulares, diante da especificidade das suas motivações e frustrações (Miskolci, 2012).

Por esse motivo é necessária uma organização nas condições estratégicas para a aplicabilidade da equidade em situações reais, como é o caso do desporto. Para isso, as organizações com competências em classificar o grau de deficiência apresentado pelo atleta, deve cumprir condições de paridades funcionais, mediante o grau de comprometimento, físico, intelectual e

funcional dos atletas, promovendo um sistema de classificação justo e eficiente (Cardoso & Gaya, 2014).

CAPÍTULO III

3. Pertinência e Objetivos do Estudo

3.1. Definição do Problema

A necessidade de perceber se o sistema de classificação desportiva para os deficientes visuais concorre para que a competição de Judo se realize com base em critérios que promovam uma participação justa é uma preocupação que atinge a comunidade judoca ligada ao Judo Adaptado.

Neste sentido, e dadas as circunstâncias em que competem os deficientes visuais (B1, B2 e B3), em que estas três categorias competem juntas, torna-se importante saber se existe, no Judo Adaptado, uma associação positiva entre o número de participantes em cada uma daquelas e os resultados desportivos alcançados (medalhas). Importa perceber se o regulamento condiciona ou potencia, em particular, o sucesso desportivo dos atletas de alguma das categorias estudadas, ou se, por outro lado, promove uma competição justa para todos aqueles.

Este estudo poderá contribuir para alertar e sensibilizar a comunidade judoca e as instituições que dirigem a modalidade, para alguns dados relativos ao desempenho competitivo dos judocas DV (B1, B2 e B3), no sentido de aquela informação poder concorrer, de forma positiva, para que a competição possa, porventura, ser mais justa no que concerne à formação de grupos/categorias de competidores.

Para tal, foram analisados os resultados das principais competições de Judo para deficientes visuais nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2018.

3.2 Objetivos

3.2.1 Objetivos gerais

- Saber se existe uma associação positiva entre o número de participantes em cada uma das categorias de DV (B1, B2 e B3) e os resultados desportivos alcançados pelos judocas que integram cada uma daquelas.

- Averiguar se o sistema de classificação desportiva internacional da DV concorre para uma prática competitiva justa, onde, à partida, os judocas com DV das categorias B1, B2 e B3 possam ter as mesmas oportunidades de sucesso no seio do mesmo grupo de competição.

3.2.2 Objetivos específicos

- Apurar as diferenças entre as categorias de DV (B1, B2 e B3), a nível da participação (n.º de judocas) competitiva.

- Verificar a diferença entre as categorias de DV (B1, B2 e B3) de cada sexo, a nível da participação (n.º de judocas) competitiva;

- Verificar o nível de participação de cada categoria de DV (B1, B2 e B3) nas várias categorias de peso e em ambos os sexos;

- Comparar o número de medalhas obtidas em cada categoria de DV (B1, B2 e B3) em ambos os sexos.

CAPÍTULO IV

4. Estudo Experimental

4.1. Material e Métodos

4.1.1. Métodos

Esta dissertação é caracterizada por ser um estudo descritivo, comparativo e observacional, sendo apresentado através dos resultados provenientes do desempenho performático, de acordo com a população estudada, e a devida análise entre fatores determinantes, nomeadamente o sexo e a categoria de peso dos atletas, assim como o ano da competição.

Este estudo teve como base a revisão de literatura sobre o tema. Quanto à análise estatística, esta contou com a contribuição de documentos disponibilizados no *website* do *IBSA*.

4.1.2. Caracterização da Amostra

De acordo com Marconi & Lakatos (2003), a amostra refere-se a um conjunto de indivíduos ou objetos, que apresentarão determinadas características em comum, que servirá para definir o estudo.

A seleção da amostra analisada neste estudo é composta por judocas de elite DV, que participaram em competições a nível mundial. A pesquisa foi realizada a partir de dados adquiridos no website12 do *IBSA*, em que foram selecionadas as principais competições de Judo dos anos de 2014, 2015, 2016 e 2018. As competições em destaque selecionadas foram:

- Campeonato Mundial de Judo *IBSA* 2014 (USA)
- Campeonato Mundial de Judo *IBSA* 2015 (KOR)
- Jogos Paralímpicos Rio de Janeiro 2016 (BRA)
- Campeonato Mundial de Judo *IBSA* 2018 (POR)

Por meio de revisão bibliográfica, foi analisado o desempenho desportivo

12 http://www.ibsasport.org/sports/judo/results/

em concordância com os resultados finais apresentados. Ao todo nas quatro competições contou com a participação de 827 (oitocentos e vinte sete) atletas, divididos entre as categorias masculinas e femininas, considerando-se separadamente o quantitativo de participantes que compunham cada categoria de peso e a respetiva classificação (B1, B2 e B3) de DV dentro da elegibilidade da *IBSA*.

As categorias masculinas quanto as femininas são divididas de acordo com o peso do atleta. No masculino, são 7 as categorias de peso: <60 kg, <66 kg, <73 kg, <81 kg, <90 kg, <100 kg e >100 kg e na feminina são 6 as categorias: <48 kg, <52 kg, <57 kg, <63 kg, <70 kg e >70 kg.

A análise do desempenho nas diferentes categorias de peso, em eventos competitivos distintos, justifica-se tendo em vista a possibilidade de comparação equitativa diante do desempenhado apresentado pelos atletas DV (B1, B2 e B3), considerando-se um contexto de "igualdade" de circunstâncias em termos das atuais adaptações em prol dos competidores de Judo.

4.1.3. Instrumentos e Procedimentos Estatísticos

Após a recolha dos dados, passou-se a sua organização e, posteriormente, à respetiva análise estatística, através do *software* estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) na sua 26.ª versão.

Primeiro foi feita uma análise descritiva de frequências do ano da competição, sexo (masculino e feminino), categoria de peso, classificação dos atletas de acordo com o *IBSA* e dos resultados das competições. Em seguida, efetuaram-se análises de distribuições através de testes do *Qui-Quadrado*.

Foi feito o levantamento do total de atletas em cada competição, separados por sexo e de acordo com a classificação do *IBSA*. Em cada ano foi verificado o total de atletas em número e percentagem, de acordo com a classificação desportiva em que se encontram, seguido de uma estimativa da distribuição de medalhas que podiam ser conquistadas por cada classe. Por

último, os resultados das competições foram confrontados com a estimativa, verificando se há desvantagem para alguma das classes desportivas, uma vez que, independentemente da classificação desportiva em que se encontre o judoca deficiente visual, este poderá se confrontar com as demais.

4.2. Apresentação de Resultados

A apresentação dos resultados foi organizada de maneira que permitisse analisar as diversas variáveis e esclarecer as possíveis diferenças existentes em cada resultado. Em conformidade com o quantitativo de amostras e as diferenças entre elas, a opção foi verificar estatisticamente se havia significância. Com isso, os resultados seguirão uma ordem de apresentação estruturada da seguinte maneira:

- Quantidade de atletas por competição (Gráfico 1);
- Ano de competição e distribuição dos atletas de acordo com a classificação *IBSA* (Gráfico 2);
- Distribuição de atletas, considerando o sexo e classificação desportiva para deficientes visuais (Gráfico 3);
- Sexo, categorias de peso e classes *IBSA*: distribuição no número de atletas considerando-se as três classes *IBSA* (Gráfico 4 e 5);
- Distribuição total das medalhas entre os competidores: estimativa entre as três classes (Gráfico 6);
- Distribuição de medalhas em cada ano: estimativa entre as três classes (Gráfico 7,8, 9 e 10);
- Quadro de medalhas: distribuição entre as classes *IBSA* (Gráfico 11);
- Distribuição de medalhas: diferenças entre sexos e classes *IBSA* em medalhados e não medalhados (Gráficos 12 e 13).

Para o resultado do Gráfico 1, foi feita uma análise descritiva do número de atletas que participaram das competições em cada ano. O número é expressivamente menor em 2016, ano dos jogos Paralímpicos. Nos jogos, só

participam os atletas que conseguirem obter as pontuações para os números de vagas de acordo com o *ranking* mundial, nos anos entre cada ciclo Paralímpico. Também foi constatado, no ano de 2018, um aumento no número de competidores, duzentos e sessenta e seis no total, contabilizando-se um aumento de 46 atletas em relação aos anos anteriores, isto é confirmado quando se verifica o ano de 2014, ano anterior com maior quantitativo de participantes, que contou com 220 competidores em sua totalidade.

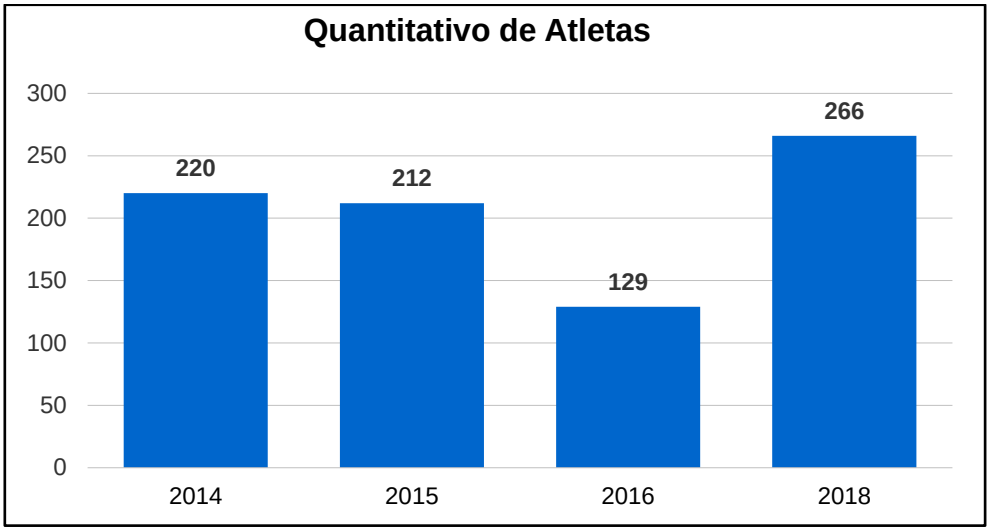


Gráfico 1 - Quantidade de atletas em cada ano das competições (IBSA, 2020).

Ao ser feita uma análise mais detalhada no gráfico 2, constatou-se que a distribuição em cada ano, em relação ao número de atletas e a devida classificação desportiva para DV, foi demonstrado que os atletas B1 sempre se apresentaram em menores proporções em relação aos atletas B2 e B3. O ano de 2018 foi o único em que duas classes estiveram distribuídas proporcionalmente na quantidade de competidores. A distribuição dos atletas de acordo com a classificação IBSA é equivalente entre os anos de 2014 e 2018 [$\chi 2$ (6, N = 827) = 5,20, *ns*].

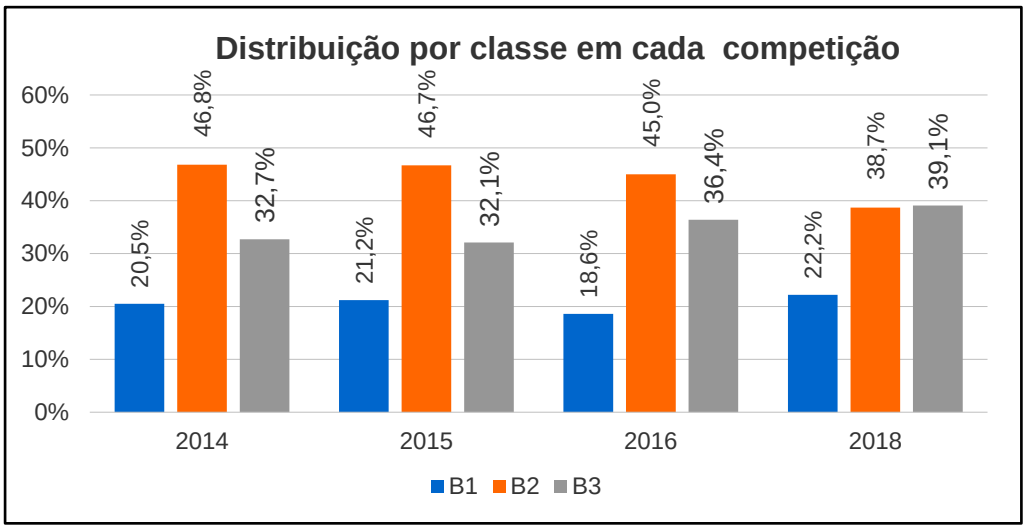


Gráfico 2 - Distribuição dos atletas por classificação *IBSA* em cada competição (IBSA, 2020).

No Gráfico 3, foi considerada a classificação desportiva de DV em relação ao sexo. Constatou-se que os atletas B2 se apresentam em maior número, tanto no masculino como no feminino. Além disso, os resultados se tornam expressivos quando se verifica que as atletas femininas B2 compõem 51% do total das três classes. Nas duas categorias, que compõem a classe B1, o quantitativo de atletas será menor levando-se em consideração a distribuição das demais classes. Ou seja, os atletas dos dois sexos não se distribuem de modo equivalente através da classificação de acordo com o *IBSA* [$\chi 2$ (2, N = 827) = 10.19, p = .006].

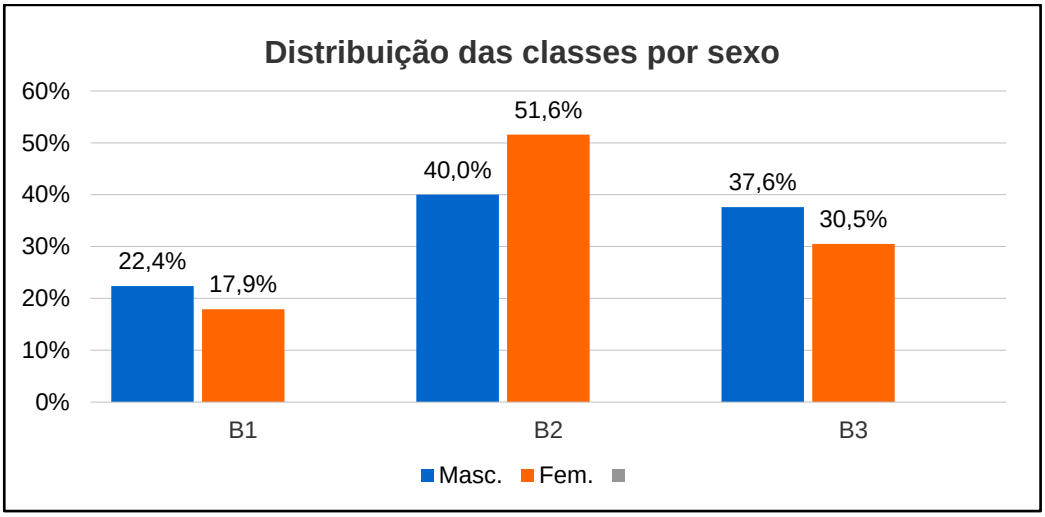


Gráfico 3 - Distribuição de atletas considerando o sexo e classificação desportiva para deficientes visuais (IBSA, 2020).

Os Gráficos 4 e 5 identificaram que não há uma distribuição proporcional dos atletas mediante a classificação *IBSA*, os competidores foram separados de acordo com a distinção do sexo e categoria de peso. Os atletas que são classificados como B1 apresentaram números expressivamente menores em boa parte das categorias de peso, tanto na masculina quanto na feminina. A única exceção foi a categoria masculina >100 kg, uma vez que, em todas as três classes (B1, B2 e B3), houve distribuição proporcional.

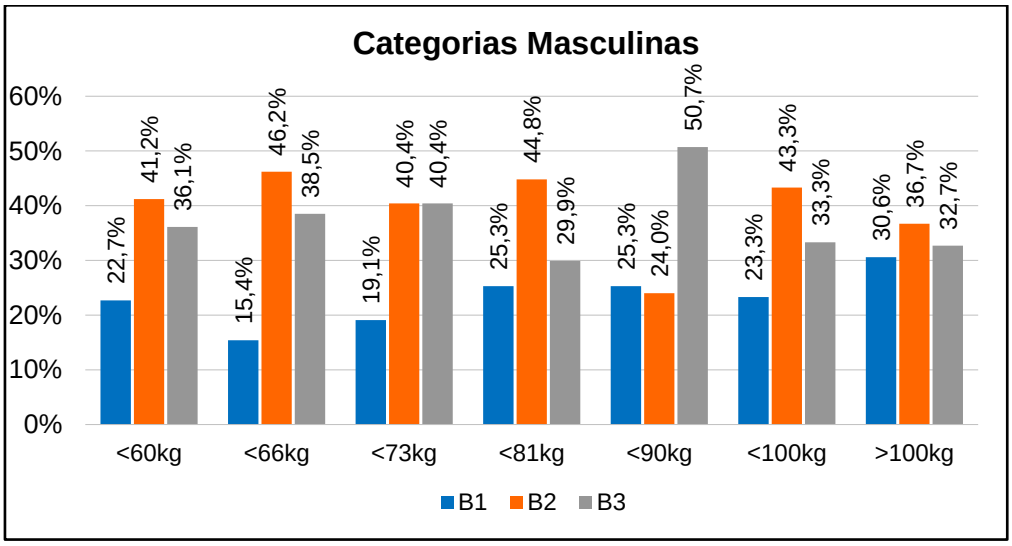


Gráfico 4 - Distribuição dos atletas masculinos de acordo com o peso e classificação *IBSA* (IBSA, 2020).

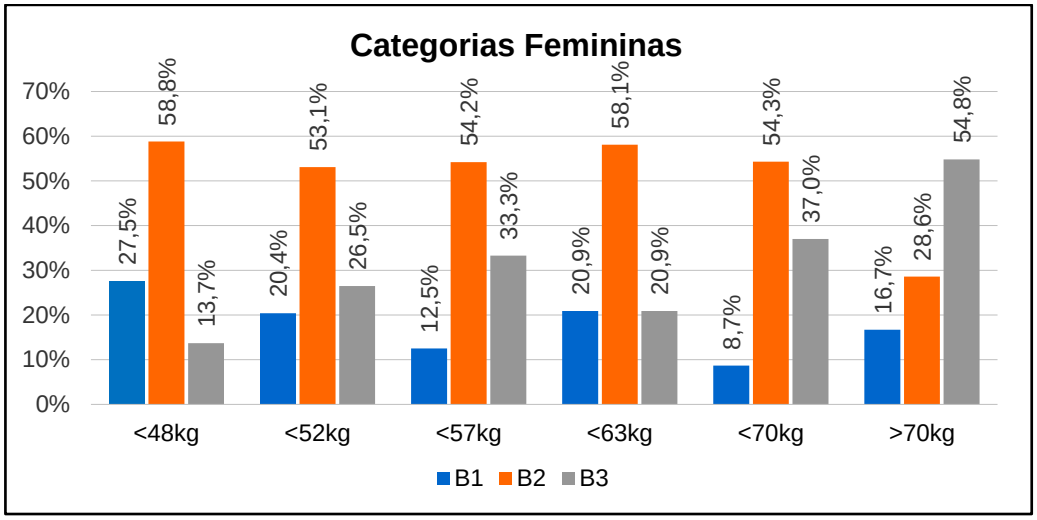


Gráfico 5 - Distribuição das atletas femininas de acordo com o peso e classificação *IBSA* (IBSA, 2020).

No Gráfico 6, foi feita uma análise da distribuição geral de medalhas entre as três classes *IBSA* (B1, B2 e B3). Primeiro foi feito um levantamento do quantitativo e classificação *IBSA* onde se encontrava o atleta, a partir destes resultados pôde ser feita uma estimativa do percentual de medalhas que cada classe podia atingir e confrontar com as que realmente foram obtidas. Verificou-se que na categoria B1, as estimativas não atingiram as expetativas, tendo ficado muito aquém do valor esperado (6.76% vs. 20.92%), enquanto as restantes categorias apresentam resultados superiores [$\chi 2$ (2, N = 207) = 25.08, p < .001].

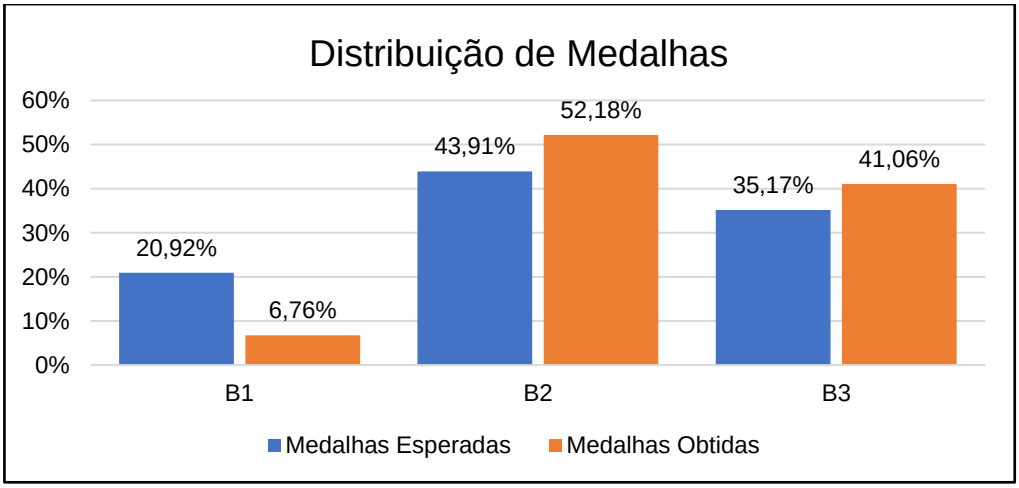


Gráfico 6 - Distribuição de medalhas diante das expectativas para cada classe *IBSA* (IBSA, 2020).

Nos Gráficos 7, 8, 9 e 10 foram verificadas as distribuições de medalhas de maneira detalhada em cada ano, constatou-se que as categorias B2 e B3 sempre superam as expetativas de medalhas, isto já havia sido comprovado de maneira geral no Gráfico 6. Uma constatação relevante é que, apesar de não atingir as expetativas no quadro de medalhas, os atletas da categoria B1, ao longo dos anos, vêm melhorando o desempenho nas competições.

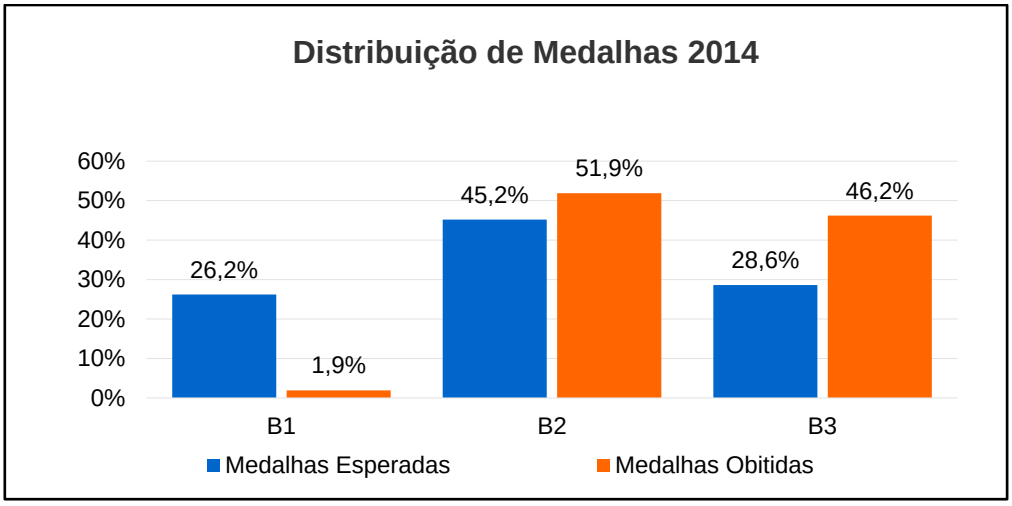


Gráfico 7 - Distribuição de medalhas no ano de 2014 diante das expectativas de cada categoria *IBSA* (IBSA, 2014).

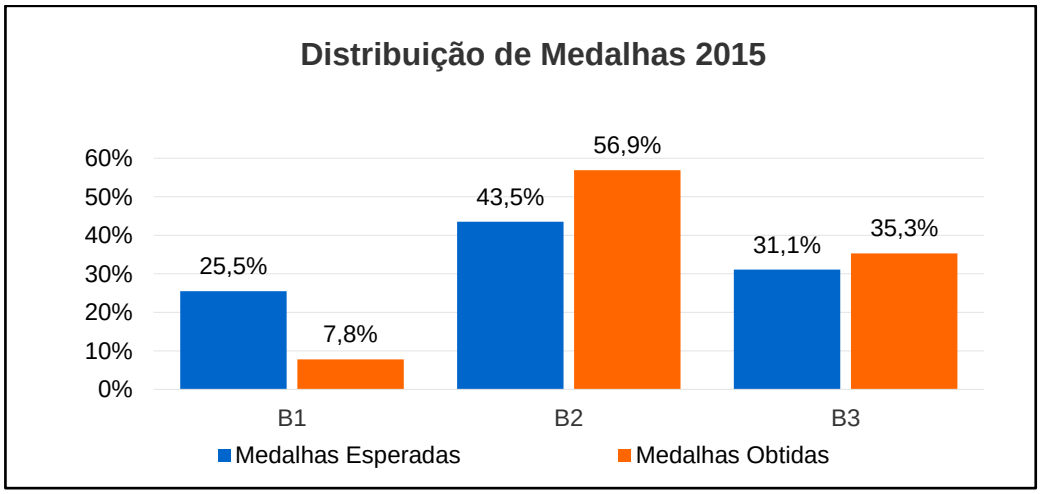


Gráfico 8 - Distribuição de medalhas no ano 2015 diante das expectativas de cada categoria *IBSA* (IBSA, 2015).

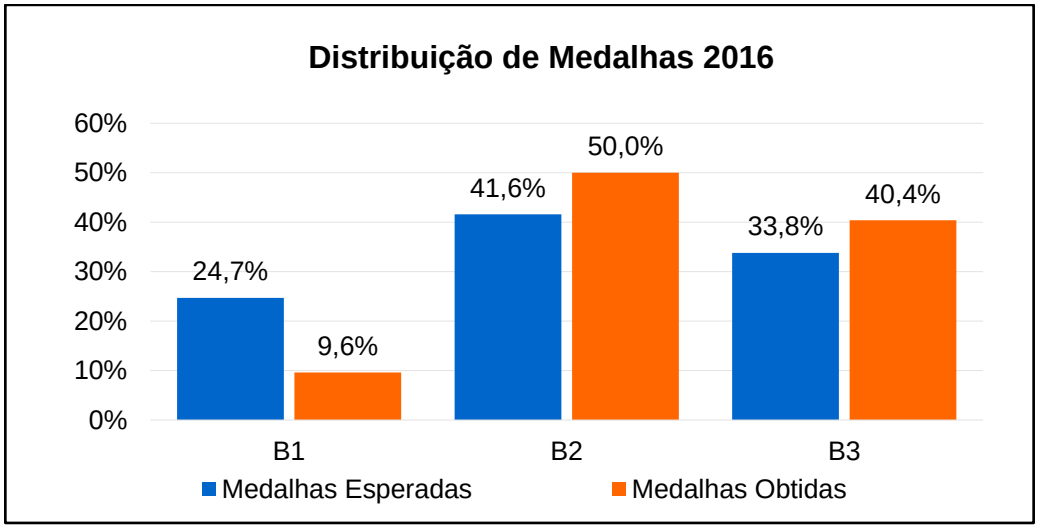


Gráfico 9 - Distribuição de medalhas no ano 2016 diante das expectativas de cada categoria *IBSA* (IBSA, 2016).

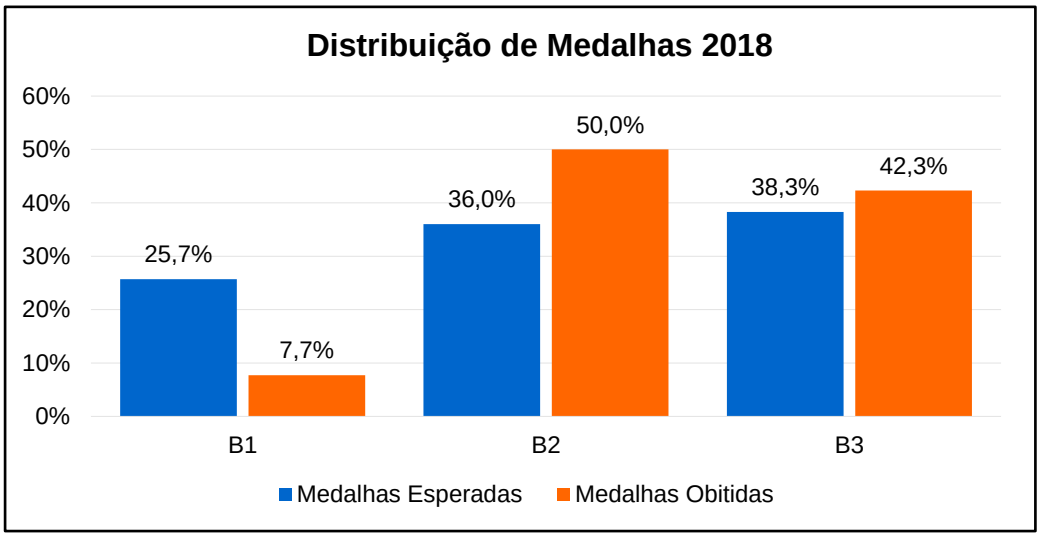


Gráfico 10 - Distribuição de medalhas no ano 2018 diante das expectativas de cada categoria *IBSA* (IBSA, 2018a).

No Gráfico 11, fez-se uma análise mais aprofundada das classificações alcançadas pelos atletas. Aqui representa a obtenção de medalhas de ouro, prata e bronze, bem como a distribuição destes três níveis de medalhas, que difere entre as 3 categorias do *IBSA*. Apesar disso, o perfil dessa distribuição é equivalente nas medalhas de ouro, prata e bronze [$\chi 2$ (4, N = 207) = 4.98, *ns*]. Pôde-se constatar que os atletas B2 foram bem-sucedidos em seus resultados, sendo os seus números expressivos para três tipos de medalhas.

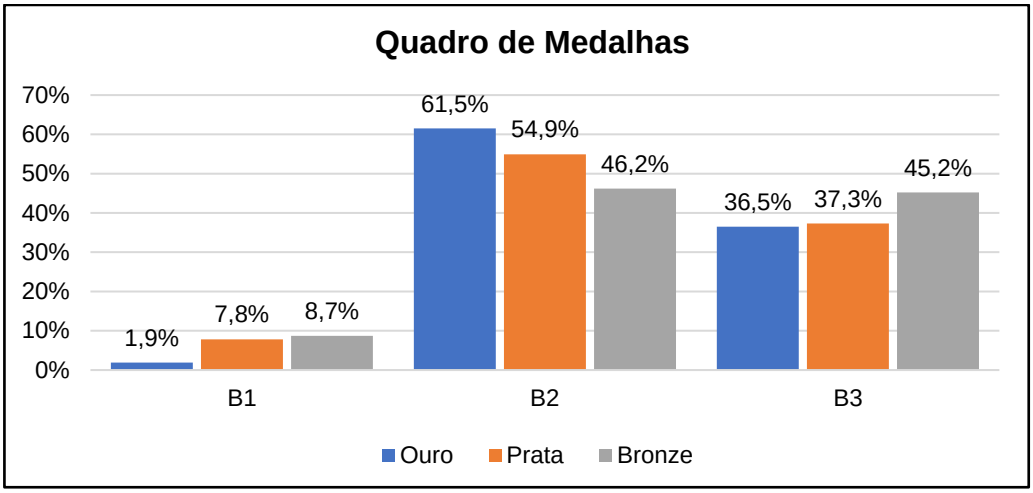


Gráfico 11 - Quadro de medalhas e distribuição pela classificação *IBSA* (IBSA, 2020).

Pôde-se constatar, no Gráfico 11, que o maior número de medalhados (Ouro, Prata e Bronze) estão presentes na categoria B2. Aliás, esta categoria supera as categorias B1e B3 em todas as tipologias de medalhas.

Testou-se o efeito do género dos atletas no perfil de obtenção de medalhas por cada uma das categorias *IBSA*. Como pode-se verificar, nos Gráficos 12 e 13, tanto no sexo masculino como no feminino, há uma diferença significativa na distribuição de medalhas (Não Medalhados vs. Medalhados), no conjunto dos 4 anos de competição, pelas 3 categorias [respetivamente, $\chi 2$ (2, N = 548) = 14.50, p = .001 e $\chi 2$ (2, N = 279) = 18.88, p < .001].

Como expectável, a classe B1 obtém o menor número de medalhas, em ambos os sexos. Contudo, como se pode constatar no Gráfico 13, entre as mulheres, a categoria B2 conseguiu alcançar cerca de 60% das medalhas, o que não se verifica entre os homens, nos quais é equivalente o número de medalhas obtidas por B2 e B3.

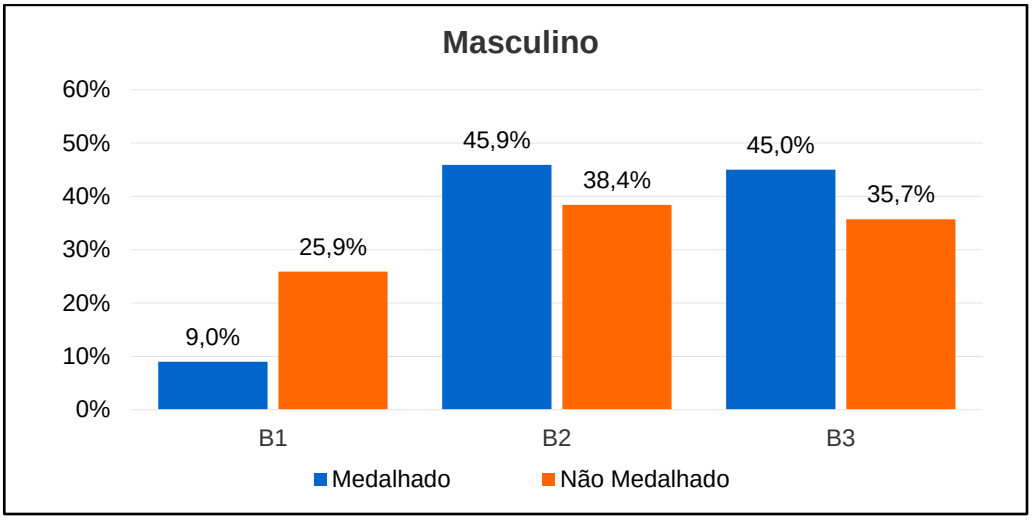


Gráfico 12 - Distribuição de medalhas de acordo com o sexo masculino e classificação *IBSA* (IBSA, 2020).

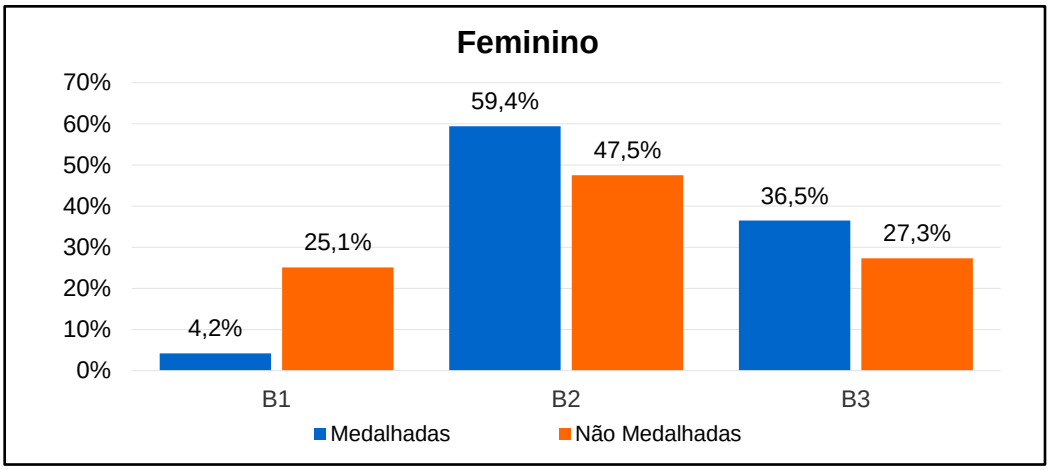


Gráfico 13 - Distribuição de medalhas de acordo com o sexo feminino e classificação *IBSA* (IBSA, 2020).

4.3. Discussão de Resultados

O objetivo do presente estudo foi averiguar se no atual sistema competitivo de alto rendimento do Judo para deficientes visuais atende a critérios de imparcialidade. Isto porque, apesar de existirem categorias de classificação desportiva (B1, B2 e B3), os atletas podem se enfrentar, desde que que sejam do mesmo sexo e estejam na mesma categoria de peso. Para chegar aos

resultados, foi utilizado a análise estatísticas mediante aos desempenhos atléticos apresentados pelos competidores que foram medalhados em provas internacionais da modalidade e suas respetivas variáveis.

A temática abordada, nesta dissertação, também estudou fatores associados ao desempenho desportivo. No caso dos DV, algumas particularidades da deficiência deverão ser levadas em consideração, já que adaptações serão necessárias para proporcionar otimizações no desporto em questão. Para isto foi feita uma revisão acerca da temática, utilizando-se como fontes da pesquisa, as referências de abalizados doutrinadores, para proporcionar uma leitura agradável e de fácil compreensão dos dados recolhidos.

A análise descritiva do quantitativo de atletas por competição, apresentados através dos números expressivos de adeptos DV praticantes do Judo, pode ser explicada através da maneira como o desporto foi difundido pelo mundo. Um processo iniciado pelo próprio Kano, em 1889, quando viajou para o Ocidente proferindo palestras e demonstrações da luta. A continuidade ficou a cargo dos seus inúmeros discípulos, que desde o início do seculo XX, difundiram o Judo em vários sítios do mundo, favorecendo o aumento no número de adeptos e dando maior visibilidade à luta (Franchini & Del'Vechio, 2007).

Cada vez mais procurado e valorizado em todo mundo, devido a sua legitimação que proporciona uma formação mais humana dos praticantes, e por ser um desporto que incita disciplina e a prática saudável (Araújo & Neto, 2017). O Judo, ao longo dos anos, passou por algumas transformações em virtude do processo de "esportivização", que trouxe mudanças de interferência no âmbito organizacional, técnico e até na padronização dos *kimonos* (Franchini & Del'Vechio, 2007).

Com a implementação da modalidade no programa Olímpicos de Tóquio, no ano de 1964, e nos Jogos Paralímpicos de Seul, em 1988, o desporto passou a receber mais recursos financeiros, proporcionando maior organização das instituições que trabalham em prol do desenvolvimento do Judo, como exemplo, as verbas destinadas aos custos com os atletas, fator que proporcionou melhoria e inovação nos métodos de treinamento aplicados, resultando em melhores

desempenhos e proporcionando maior visibilidade por parte da mídia. (Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais, 2020; Confederação Brasileira de Judô; Schumacher, 2018).

A resposta ao incentivo da prática desportiva é constatada através da participação de atletas com deficiência, uma vez que os números só têm aumentado, fator que favorece cada vez mais a melhoria do DD, proporcionando aos desportistas participações efetivas em edições de campeonatos, a nível nacional, internacional, campeonatos mundiais e dos Jogos Paralímpicos (Cardoso et al., 2019).

Para ser competidor em modalidades do desporto adaptado é necessário passar por um sistema de classificação desportiva-funcional que serve para distinguir o grau de deficiência de cada atleta e poder enquadrá-lo em um sistema de classificação sem benefícios e equiparado com os demais adversários (Tweedy & Howe, 2011).

O *International Organizations for Sport for the Disabled* (IOSDs) é composto por um coletivo de entidades/“Federações”, que unidas organizam os desportos para as pessoas com deficiência, seguindo critérios de imparidade na classificação das diversas modalidades desportivas (Howe & Jones, 2006). Os desportistas deficientes visuais do alto rendimento seguem os critérios regidos pelo *IBSA*, sendo eles inseridos em uma das suas 3 categorias classificatórias (IBSA, 2018b). De acordo com Bourne et al. (2017), a sua meta-análise chegou a estimativa que entre os anos 1990-2015, houve um aumento de cerca 17,6% da população mundial de cegos.

É evidente que os atuais sistemas de classificação utilizados nos desportos adaptados têm a sua devida importância. Porém, em algumas modalidades, como é o caso do Judo, os efeitos da deficiência nem sempre conseguirão ser minimizados, pois os atletas podem se enfrentar independente da classe desportiva em que se encontram e isto pode proporcionar mais vantagem aos competidores que possuem alguns resquícios visuais (Krabben et al.,2019).

Em edições dos Campeonatos Mundiais nos anos 90, ficou evidente que os aletas B1 sempre estiveram em números mais representativos considerando

as outras duas classes, em 1990: B1: 52,7%, B2 31,5%, B3 15,8%; 1995: B1: 40,8%, B2 28,6%, B3 30,6% e 1998: B1: 41,3%, B2 30,4%, B3 28,3% (Carmeni, 2000).

Nas competições de 2014, 2015, 2016 e 2018 foi comprovado que os números de competidores B1 sempre estiveram em menor quantidade comparados aos atletas B2 e B3, não se sabe ao certo o que favoreceu o declínio nos números de competidores B1, uma vez que o sistema de classificação desportiva para deficientes visuais manteve-se praticamente o mesmo desde que foi implementado, mas ao longo dos anos a modalidade passou por algumas mudanças (IBSA, 2020).

A *IJF* foi a responsável pelas alterações nas regras e por banir determinadas ações técnicas, e isto podem ter contribuído para a redução de atletas cegos. Algumas das principais mudanças foram: redução do tempo de combate para 4 minutos, implementação do ponto de ouro[13], fim da pontuação mínima *koka,* proibição de ataque direto as pernas, as penalidades deixaram de ter pontuação e são necessárias três penalidades para desclassificar o atleta (Confederação Brasileira de Judô, 2017; IJF, 2009).

Ao considerarmos os atuais critérios adotados para a classificação desportiva dos Deficientes visuais, a análise do CV e AV não são totalmente suficientes para legitimar totalmente a DV de um competidor, isto porque, outros aspetos da funcionalidade visual podem estar presente e assim interferir nas tomadas de decisões por parte do atleta. Portanto, outros testes podem ser adicionados ao atual sistema classificatório, podendo, assim, proporcionar uma classificação mais justa (Carmeni, 2000; Krabben et al.,2019).

Alguns dos testes que podem ser implementados para uma classificação mais legítima e fidedigna são: critérios baseados na perceção de movimento, adaptação à luz, perceção visual, acuidade visual dinâmica e sensibilidade à luz, coordenação ocular, perceção de profundidade, sensibilidade ao contraste e visão colorida (Carmeni, 2000; Krabben et al.,2019).

A adição dos critérios acima citados é uma forma de promover a

13 Alternativa imediata utilizada em caso de empate na disputa após os 4 minutos de combate, a disputa terminará assim que um dos competidores obtenha uma vantagem, nos termos definidos nas regras de arbitragem, sendo declarado vencedor (Federação Portuguesa de Judo, 2017).

participação de competidores com níveis de deficiência mais grave, de forma equitativa. Isto servirá para estreitar ainda mais a classificação mediante o grau de DV no desporto, favorecendo assim a isonomia entre os participantes, além de que isto também pode passar a ser um fator motivacional, já que, supostamente, acarretaria maior confiabilidade aos competidores (Filho et al., 2006; Krabben et al.,2019).

Em outra análise comparativa entre as mesmas competições de décadas distintas analisadas anteriormente, verificou-se os resultados da distribuição de medalhas entre as três classes *IBSA*. Nesta análise, a quantidade de atletas distribuídos em cada classe foi relevante para se fosse feita uma estimativa do percentual de distribuição de medalhas para cada classe, com esses números pode-se confrontar os percentuais de distribuição de medalhas obtidas com a distribuição de medalhas esperadas para cada uma das classes (Carmeni, 2000, IBSA, 2020).

Nas competições da década de 90, os competidores B1 foi a classe que apresentou os maiores percentuais na estimativa de medalhas esperadas, isto porque eles estavam em maior número, mas os percentuais de medalhas obtidas entre as três classes apresentaram uma distribuição quase que semelhantes (Carmeni, 2000).

Já na década de 2010, os atletas B1 obtiveram um percentual muito abaixo do que era previsto. As medalhas espectáveis dos competidores B1, que já eram baixas – cerca de 21%, em comparação ao segundo menor B3 35,17% – os B1 obtiveram 6,76% das medalhas. Porém, foi constatado que houve melhoria do desempenho verificado ano após ano, isto pode está relacionado ao período transitório de adaptação às novas regras do desporto (IBSA, 2020).

Porém, vale a pena deixar claro que atletas B1 conseguem projetar adversários amblíopes, isto devido às informações táteis e sinestésicas a partir do momento em que faz a pega no quimono do adversário (Krabben et al., 2019). E isto também poderá estar associado ao nível de desenvolvimento sensório-motor em coalescência com a DV e a evolução durante o processo adaptativo no ambiente.

Tratando-se de atletas de alto nível, é necessário obter mais informações

sobre a diferença entre as categorias de peso, entre os sexos, aspetos técnicos/táticos, resultados das competições, mudanças e adaptações das regras e diferenças de ações técnicas, sem deixar de dar as devidas relevâncias às características físicas, psicológicas e fisiológicas de cada indivíduo (Borba, 2013; Filho et al., 2005; Franchini & Sterkowicz, 2003; Krabben et al. 2018).

Além da necessidade de melhorias no sistema de classificação desportiva para a DV, o Judo é uma modalidade praticada por homens e mulheres, distribuídos por categorias de peso. A distinção entre homem e mulher sempre causou curiosidades, sendo as suas particularidades objetos de estudos em diversas áreas do conhecimento, inclusive no desporto (Filho et al., 2005).

Ao analisar-se as quatro competições e considerarmos os desempenhos apresentados por homens e mulheres deficientes visuais em suas respetivas categorias de peso, ficou comprovado que 75% das atletas femininas B1 que foram medalhadas pertenciam às categorias de peso mais leves (<48 kg e <52 kg). Já nos atletas masculinos B1 que foram medalhados, 60% da prevalência ocorreu nas categorias com judocas de maior peso (<100 kg e +100 kg). De acordo com Franchini & Sterkowicz (2003), o desempenho apresentado por estes judocas podem estar relacionados com as suas variabilidades de técnicas, pois com esse motivo há um aumento da imprevisibilidade de ações por parte do adversário, com isso, estes fatores podem ter proporcionado o sucesso de alguns B1 nas várias categorias de peso (Veloso, 2010).

O Judo é considerado um desporto em que as condições e habilidades de movimentos estão em constantes mudanças. Isso faz com que seus praticantes tenham a possibilidade de processar várias informações durante todo o combate. Sendo assim, a aplicação de diferentes técnicas no decorrer da luta é um fator que pode gerar vantagens para os competidores, já que dificultará a previsibilidade de suas ações perante o adversário (Franchini & Sterkowicz, 2003; Gallahue et al., 2013).

Por isso, a análise performática de atletas DV, diante de uma perspetiva dinâmica funcional do desempenho, poderá ser mais uma ferramenta auxiliar de uma reestruturação em critérios de classificação desportiva, em prol dos que possuem uma deficiência mais severa. A adição de mais critérios pode ser

baseada em dados recolhidos das pontuações obtidas durante os combates, através do nível de habilidade manual para fazer as variações de pega no *kimono*, habilidades de ataque e de defesa durante a luta em pé, transição da luta em pé para o solo, habilidades ofensivas e defensivas na luta no solo (Krabben et al., 2019).

Segundo Krabben et al. (2019), a diferenciação por meio das categorias de peso se faz necessária, já que haverá uma ampla demanda de habilidades percetivas. De todos os atletas B1 que foram medalhados, 50% pertenciam as categorias mais pesadas e 29% às categorias mais leves. Nas categorias mais leves, a performance dos desportistas B1 sofre influência decisiva por conta da deficiência, já que os atletas cegos podem ser prejudicados em demasiado, tanto por conta do volume de mobilidade quanto do volume nas aplicações de técnicas durante o combate (Krabben et al., 2019).

Assim, a DV assume um papel relevante no desenvolvimento de cada indivíduo, associada ao grau e às causas do acometimento; a idade em que se manifestou; a maneira como foi adquirida; o grau de deficiência; a importância da dinâmica familiar e social e a forma de intervenção multidisciplinar para minimizar determinados impactos provenientes de certos constrangimentos (Gil, 2000).

Com esta pertinência, o sistema de classificação desportiva para DV busca nivelar a deficiência mediante os graus de alteração funcionais da visão. Porém, os procedimentos de classificação existentes não atingem os objetivos, fazendo com que o impacto da deficiência durante o desempenho não seja minimizado (Krabben et al., 2019).

Nem mesmo com as adaptações nas regras, o atual sistema de classificação desportiva consegue ser tão fidedigno como aparenta ser. Isto ficou comprovado em evidências que se concretizaram neste estudo, uma vez que não houve equidade entre os competidores. Isto partiu através da averiguação dos resultados das competições apresentadas, já que os DV “B2 e B3” podem ser beneficiados desportivamente, apresentando performances melhores que DV “B1”.

A perceção do DV não é pior nem melhor que a dos normosvisuais,

apenas é diferente em sua constituição, diante de um sistema percetivo em sua organização (Ulbricht et al., 2014). Este conjunto de mecanismos e de processos de informações, que são aprendidos ao longo da vida, facilita as compreensões da realidade através das perceções captadas pelos órgãos sensitivos (Morato, 1995).

Tais experiências são contínuas e, por isso, permitem o conhecimento e reconhecimento dos dados sensoriais do mundo envolvente (Bonnet, 1992). Considerando que a visão aumenta as informações e resoluções em tarefas de domínio e de acuidade espacial, os atletas amblíopes conseguirão se sobressair com melhores desempenhos em respostas efetivas, por conta do melhor desenvolvimento multissensorial, diferentemente dos atletas cegos. Porém, atletas B1 podem melhorar o seu o desempenho ao longo dos anos, desde que haja mais acesso a estímulos e facilidades na segmentação dos agrupamentos, em eventos sensoriais (Lalanne & Lorenceau, 2004).

Para Reis (2018), toda a aprendizagem e experiências obtidas precocemente poderão ser favoráveis no processo de formação e diferenciação de um possível atleta de elite. Visto isso, de acordo com Balbino (2001), intervenções por meio do desporto poderão auxiliar o desenvolvimento pessoal, podendo ser iniciado a partir da infância, mas para isso será necessário a implementação de processos adaptativos que respeitem o grau de desenvolvimento em que cada pessoa se encontra, além da devida importância que tem que ser dada as interferência do meio ambiente.

Ao verificar-se a distribuição no quadro de medalhas (ouro, prata e bronze), a hegemonia dos atletas B2 é comprovada, já que eles possuem os maiores percentuais nos três tipos de medalhas; já os atletas B3 possuem percentuais menores de medalhas que os B2, mas, entretanto, apresentaram uma distribuição com percentuais próximos entre os três tipos de premiações; a classe B1, apesar de ter competidores que foram premiados com os três tipos de medalhas, os números não são satisfatórios.

Porém, algo interessante, e que poderia ser investigado, é saber se o atleta é cego congênito ou não. Ao averiguar o desempenho de atletas B1, um fator relevante que deve ser levado em consideração é saber em qual período

da vida a cegueira se manifestou. Este questionamento é necessário, já que haverá diferenciação em noções e aplicabilidade sobre o conhecimento adquirido. O DV que é cego congênito desenvolve a compreensão espacial e percepção sensorial principalmente através do desenvolvimento hápticos[14], pois o DV, que em algum período da vida já foi provido com ao menos uma visão residual, apresenta uma perceção sensorial e espacial bem mais rica em informações devido a aquisição da aprendizagem proporcionada pelas experiências hápticas e pelas experiências visuais (Heller, 1991; Pasqualotto & Proulx, 2012).

É evidente que, desde as idades iniciais, a diversificação desportiva deve fazer parte deste processo, assumindo acrescida relevância, já que servirá para proporcionar uma participação mais duradoura e efetiva do praticante, o qual, possivelmente, se sentirá mais motivado, pois estará em constante aprendizado, proporcionando-lhe não só melhorias nas habilidades, mas também nos atributos físicos, psicológicos e sociais (Côté, 2011 ; Myer et al., 2015).

Os fatores motivacionais são determinantes no enquadramento da otimização do DD, uma vez que o indivíduo motivado aprende mais rápido, é mais competitivo, assume responsabilidades pelos próprios atos, atua de maneira criativa e busca inovar, com senso de autoeficiência e autoperceções, de acordo com os domínios das próprias habilidades e competências (Júnior, 2009).

4.4. Conclusões

A apresentação destas conclusões procura estar em concordância com os objetivos formulados para este estudo.

Um dos objetivos do presente estudo, foi verificar a existência ou não da equidade durante o desempenho desportivo, na modalidade Judo para deficientes visuais, permitindo esclarecer algumas particularidades durante

14 É relacionado ao tato, a perceção manual e habilidades de manipulação.

as competições que, por algum motivo, possam passar despercebidos e nem sempre são levados em consideração.

Após a reflexão apresentada, e diante dos dados encontrados quando da análise dos resultados das competições de judo adaptado para deficientes visuais, dos anos de 2014, 2015, 2016 e 2018, podemos concluir o seguinte:

Em relação ao número de participantes em cada classe (B1, B2 e B3), percebemos que o número de atletas na classe B1 é drasticamente menor que o número de atletas das outras duas classes, o que ocasiona uma menor probabilidade de êxito, uma vez que as classes competem entre si. Por conta disso, os atletas B1, em virtude da desvantagem numérica, conquistam medalhas nas competições, embora em menores proporções em relação às outras duas classes.

O atual sistema de classificação desportiva dos regulamentos do judo adaptado para deficientes visuais, apesar de prever uma classificação funcional dos atletas de acordo com o grau de sua deficiência, falha, uma vez que permite a luta entre todos os atletas, independentemente de sua classificação. Logo, os atletas B2 e B3 saem em vantagem em relação aos atletas B1, já que possuem um grau menor de acometimento da deficiência.

Nesse sentido, face aos resultados obtidos, a inclusão de atletas de classificações funcionais distintas, no mesmo grupo competitivo, não faz sentido, em face da nítida desvantagem para os atletas de maior acometimento da deficiência.

Logo, os dados obtidos demonstram que é de suma importância a implementação de mudanças no sistema de classificação, para que exista uma maior equidade nas lutas, com a utilização de critérios como perceção de movimentos, adaptação à luz, perceção visual, acuidade visual dinâmica e sensibilidade à luz, coordenação ocular, perceção de profundidade, sensibilidade ao contraste e visão colorida, principalmente porque o sistema de classificação é o mesmo desde sua criação (1982), embora as regras da modalidade tenham sofrido alterações ao longo dos anos.

Em relação aos dados obtidos através da análise das competições internacionais de judo adaptado dos anos de 2014 a 2016, e 2018, há uma

grande diferença entre as categorias B1, B2 e B3 quanto ao número de atletas, sendo a categoria B1 a que menos apresentou atletas no decorrer de todas as competições, conforme vimos nos resultados indicados no gráfico 2.

Quanto à participação por sexo, houve uma maior preponderância, em todas as classificações, de competidores do sexo masculino em detrimento do sexo feminino, conforme vimos no gráfico 3. Quando há a separação por sexo e por peso, há uma maior preponderância de atletas na classificação B2. No feminino, houve uma maior participação na categoria B2, seguido da B3 e, em menor proporção, a categoria B1. No masculino, a maior participação se deu na categoria B2.

Quanto às categorias de peso, no masculino, os dados demonstram que nas categorias <60kg, <66kg, <81kg, <100kg e >100kg houve maior participação de atletas B2. Na categoria <73kg, houve um empate no número de competidores das categorias B2 e B3. Já na categoria <90kg, houve uma maior participação de atletas B3. Já nas categorias de peso, no feminino, somente na categoria >70kg houve mais atletas B3. Em todas as outras categorias de peso (<48kg, <52kg, <57kg, <63kg e <70kg), a maior participação foram de atletas B2. Tanto no masculino quanto no feminino, houve uma menor participação dos atletas B1, em todas as categorias de peso.

Ao considerarmos o quantitativo de atletas distribuídos pelas três categorias, é possível perceber que há uma grande diferença entre o resultado esperado, por estimativa, e o resultado efetivamente obtido. Com o número de participantes já em menor proporção, os B1 tiveram um desempenho bem aquém do que era tido como ideal e os atletas B2 e B3 tiveram resultados acima do esperado. Ao verificarmos, ano após ano, os atletas B1 melhoraram o desempenho, mas ainda deixaram a desejar relativamente ao que era esperado.

Em relação ao quadro de medalhas, atletas das três classes conquistaram medalhas de todas as tipologias (ouro, prata e bronze). Porém, quanto ao desempenho em relação ao tipo de medalha conquistada, os atletas B2 se destacam por conquistarem os três tipos de medalhas em maior número do que as demais classes. Os atletas B3 conquistaram os três tipos de medalhas em percentuais com poucas diferenças.

Quanto à estimativa de medalhados e não medalhados, por sexo, houve uma distribuição proporcional, em torno de 45%, entre as categorias B2 E B3, do sexo masculino. Não ocorreu o mesmo, entre as competidoras, já que em torno de 60% das medalhas foram para a categoria B2.

Por fim, como o sistema de classificação atual não se apresenta como o ideal, em virtude de não incluir outros critérios que são importantes para uma competição justa, se torna imprescindível a admissão de novas classificações, com criação de grupos competitivos, somente entre atletas classificados com determinado critério, de maneira a possibilitar competições justas e equânimes, e reduzir a desvantagem que hoje se apresenta principalmente para os atletas B1.

CAPÍTULO V

5. Referências Bibliográficas

Alves, S. M., Soares, S. L., Aguiar, L. V. C., & Penha, M. A. (2016). *Aprendizagem e Controle Motor*. Sobral: Instituto Superior de Teologia Aplicada.

Amblard, I., & Cruz, F. L. (2015). Sentidos de Vitória/Derrota para os Pais Segundo Atletas do Alto Rendimento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *35*(3), 643-658.

Ângelo, H. (2016). Justificação para a Implementação de um Projeto de Judo na Escola. In: A. Silva & M. Batista, *Desenvolvimento do Judo - Textos Técnicos*. Associação de Judo Distrito de Santarém.

Araujo, P. R. M., & Neto, J. M. (2017). Benefícios do Judô na Educação Física e sua regulamentação. *Revista UNI-RN, 16*(17), 43-69.

Araújo, R. V. (2005). *Judô: Da História à Pedagogia do Esporte*. Goiás: R. Araújo. Monografia apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás.

Aristóteles. (2004). *Ética a Nicômaco*. Trad. Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret.

Aydog, S. T., Aydog, E., Çakci, A., & Doral, M. N. (2004). Reproducibility of postural stability scores in blind athletes. *Isokinetics and Exercise Science, 12*(4), 229-232.

Balbino, H. F. (2001). *Jogos desportivos coletivos e os estímulos das inteligências múltiplas: bases para uma proposta em pedagogia do esporte*. Campinas: H. Balbino. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas.

Barata, R. B., Barreto, M. L., Filho, N. A., & Veras, R. P. (1997). *Equidade e saúde: contribuições da epidemiologia*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

Barbanti, V. J. (1997). *Teoria e prática do treinamento esportivo*. 2ª edição. São Paulo: Edgar Blücher.

Barela, J. A. (1999). Aquisição De Habilidades Motoras: Do Inexperiente Ao Habilidoso. *Motriz*, *5* (1), 53-57.

Bastos, E. B. (2017). Mensuração do impacto socioeconômico de uma intervenção em pessoas com deficiência visual*. São Paulo: E. Bastos. Monografia apresentada à Faculdade de Economia e Administração Insper Instituto de Ensino e Pesquisa. São Paulo.*

Bento, J. O., Garcia, R., & Graça, A. B. S. (1999). *Contextos da pedagogia do desporto:*

perspectivas e problemáticas. Lisboa: Livros Horizontes.

Bicas, H. E. A. (2002). Acuidade visual. Medidas e notações. *Arquivos Brasileiro de Oftalmologia*. Vol. 65, 375-384.

Böhme, M. T. S. (1994). Talento Esportivo I: Aspectos Teóricos*. Revista Paulista de Educação Física, 8*(2), 90-100.

Bompa, T. O., & Haff, G. G. (2012). *Periodização: teoria e metodologia do treinamento*. 5ª edição. São Paulo: Phorte.

Bonnet, C. (1992). La perception visuelle des formes. Perception, action, langage. In Bonet, C., Ghiglione, R. & J. F. Richard (Eds.), *Traité de Psychologie Cognitve.* Dunod. Paris.

Borba, F.S. C. (2013). *Teste de avaliação da performance em luta*. Lisboa: F. Borba. Dissertação de Mestrado apresentada á Faculdade de Motricidade Humana de Lisboa.

Bourne, R. R. A., Flaxman, S. R., Braithwaite, T., Cicinelli, M. V., Das, A., Jonas, J. B., Keeffe, J., Kempen, J. H., Leasher, J., Limburg, H., Naidoo, K., Pesudovs, K., Resnikoff, S., Silvester, A., Stevens, G. A., Tahhan, T., Wong, T. Y., Taylor, H. R., & on behalf of the Vision Loss Expert Group. (2017). Magnitude, temporal trends, and projections of the global prevalence of blindness and distance and near vision impairment: a systematic review and meta-analysis. *The Lancet Global Health, 9*(5), 888-897.

Brito, P. R., & Veitzman, S. (2000). Causas de cegueira e baixa visão em crianças. *Arq. Bras. Oftal. 63*(1), 49-54.

Caffary, B. (1994). *Judo para expertos*. Barcelona: Paidotribo.

Cardoso, V. D., & Gaya, A. C. (2014). A classificação funcional no esporte Paralímpico*. Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, 12*(2), 132-146.

Carmeni, B. (2000). *Judo and blindness*. Print House Cortina.

Casado, J. E., & Villamón, M. (2009). La utopía educativa de Jigoro Kano: el *Judo Kodokan*. *Recorde: Revista de História do Esporte, 2*(1), p. 1-40. España.

Celestino, T., & Pereira, A. (2016). A formação e o desenvolvimento do desporto adaptado: uma proposta de intervenção. *Desporto e Atividade Física para Todos –Revista Científica da FPDD, 2* (1), 24-33.

Cheuczuk, F., Ferreira, L., Flores, P. P., Vieira, L. F., Vieira, J. L. L., & Junior, J. R. A. N. (2016). Qualidade do Relacionamento Treinador-Atleta e Orientação às Metas como Preditores de Desempenho Esportivo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa 32*(2),

1-8.

Colenbrander, A. (2002). *Visual standards: Aspects and Ranges of vision loss with emphasis on Population Surveys*. Sydney: International Congress of Ophthalmology. Consult. 13 de Maio de 2020, disponível em *http://www.icoph.org/downloads/visualstandardsreport.pdf*.

Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais. (2020). *Judô: História*. Consult. 14 de Maio de 2020, disponível em *http://cbdv.org.br/judo*

Confederação Brasileira de Judo. (2020a). *Paraolímpico: Judô*. Consult. 14 de Maio de 2020, disponível em *https://cbj.com.br/paraolimpico/*

Confederação Brasileira de Judô. (2020b). *História do Judô*. Consult. 15 de Julho de 2020, disponível em *https://cbj.com.br/historia_do_judo/*

Connolly, K. (2000). *Desenvolvimento Motor: passado, presente e futuro*. Revista paulista de Educação Física. Sup. 3, p. 6-15. São Paulo.

Conselho Brasileiro de Oftalmologia. (2003). *Catarata: Diagnóstico e Tratamento.* Projeto Diretrizes Associação Médica Brasileira e Conselho Federal de Medicina.

Constantino, J. M. (2013). Dentro e fora do estádio: o espetáculo, a globalização e o seu significado social. *Revista USP, 99*, 31-44.

Correia, W. R., Franchine, E. (2010). Produção acadêmica em Lutas, Artes Marciais e Esportes de Combate. *Revista Motriz*, *16*(1), 01-09.

Costa, V. T., Albuquerque, M. R., Lopes, M. C., Noce, F., Costa, I.T., Ferreira, R. M., & Samulski, D. M. (2011). Validação da escala de motivação no esporte (SMS) no futebol para a língua portuguesa brasileira. *Revista brasileira de Educação Física e Esporte,25*(3), 537-546.

Côté, J.; Lidor, R., & Hackfort, D. (2011). ISSP position stand: To sample or to specialize? Seven postulates about youth sport activities that lead to continued participation and elite performance*. International Journal of Sport and Exercise Psychology.*

Craft, D. H., & Lieberman, L. (2004). Deficiência visual e surdez. In J. Winnick (Ed.), *Educação física e esportes adaptados* (pp. 181-205). Barueri: Malone.

Crós, C. X., Mataruna, L., Filho, C. W. O., & Almeida, J. J. G. (2006). Classificações da deficiência visual: compreendendo conceitos esportivos, educacionais, médicos e legais*. Revista Digital:* Educación física y deportes, *10*, (93). Buenos Aires.

Dantas, E. H. M. (2014). *A prática da preparação física.* 6ª ed. Vila Mariana -São Paulo: Roca.

Dicionário da Língua Portuguesa. (2013). Porto: Porto Editora.

Diehl, R. (2008). *Jogando com as diferenças: jogos para crianças e jovens com*

deficiência: em situação de inclusão e em grupos específicos. 2.ed. São Paulo: Phorte.

Ericsson, K., Krampe, R. T., & Tesch-Roemer, C. (1993). The Role of Deliberate Practice in the Acquisition of Expert Performance*. Psychological Review*. 100. 363-406. 10.1037//0033-295X.100.3.363.

Farias, E. S., & Salvador, M. R. D. (2005). Antropometria, Composição Corporal e atividade Física de escolares. *Revista Brasileira de Cineatropometira e Desempenho Humano, 7*(1), 21-29.

Federação Portuguesa de Judo. (2017). *Regulamento Organização de Provas*. Consult. 15 de Outubro de 2020, disponível em https://fpj.pt/wp-content/uploads/2016/08/Regulamento-de-Organiza%C3%A7%C3%A3o-de-Provas-V2_fs.pdf

Ferraz, F. H., Corrente, J. E., Opromolla, P., & Silvana A. S. (2014). Influence of uncorrected refractive error and unmet refractive error on visual impairment in a Brazilian population. *BMC Ophthalmology, 4*, 14:84. Consult. 23 jul de 2020, disponivel em *http://www.biomedcentral.com/1471-2415/14/84*

Figueiredo, S. H. (2000). Variáveis que interferem no desempenho do atleta de alto rendimento. Em K. Rubio (Org.). Psicologia do esporte: Interfaces, pesquisa e intervenção, *(1ª ed.), (pp.113-124). São Paulo: Casa do psicólogo.*

Filho, C. W. O., Silva, A. J., Gomes, M. S. P., Rocha, L. G. F., Melo, R. S., Matsui, R., Pontin, V. M. R., Freire, J. R., Caldeira, N. O. A., Itani, D. E., Shihonmatsu, Á. S., Mataruna, L., Carvalho, A. J. S; Ferreira, A. C. G. O., Morato, M. P., Minussi, M., & Almeida, J. J. G. (2006). Análise técnica e contextualização da prática esportiva dos atletas participantes nos IV Jogos Pan-Americanos IBSA 2005*. Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas*, *4*(1), p. 99-112. ISSN 1983 – 9030

Filho, M. B., Ribeiro, L. S., & García, F. G. (2005). Personalidade de atletas brasileiros de alto-rendimento: comparações entre os sexos masculino e feminino e correlação com nível de performance e tempo de treinamento*. Revista Portuguesa de Ciências do Desporto. 5*(1), p. 31–39.

Fonseca, V. (2012). *Manual de observação psicomotora: significação psiconeurológica dos fatores psicomotores*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Wak editora.

Franchini, E., & Del'Vecchio, F. B. (2007). Tradição e Modernidade no Judo: Histórico e Implicações. In: K. Rubio, A., R. R. Filho, N. S. Todt & R. M. Mesquita: *Ética e Compromisso social nos estudos* (pp.121-146). 1ª edição. Porto Alegre:

EDIPUCRS.

Franchini, E., & Sterkowicz, S. (2003). Tática e técnica no Judô de Alto Nível (1995-2001): Considerações sobre as categorias de peso e os gêneros. *Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte, 2*(2), p.125-138.

Franchini, E., Del Vecchio, F. B., Matsushigue, K.A., & Artioli G.G. (2011). Physiological profiles of elite judo athletes. *Sports Medicine, 41*(2), p. 147-166.

Gallahue, D. L., Ozmun, J.C., & Goodway, J. D. (2013). *Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos*. 7ª ed. Porto Alegre: AMGH editora.

Garcia, M. R. S. (2014). *Cegueira Congénita e Adquirida: Implicações Na Saúde Mental e Resiliência*. Lisboa: M. Garcia. Dissertação de Mestrado em Psicologia apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Garcia, R., & Santos, F. (2019). Acessibilidade na educação inclusiva: a intervenção para além dos muros da escola (inclusão real ou virtual). Em: G. Oliveira, J. D. L. Pereira, M. de S. Lopes (Eds.), *As artes na educação especial: teorias, metodologias e práticas sociais, culturais e educativas para a inclusão*. (pp. 71-78). Chaves: Intervenção - Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.

Germano, F. A. S., Germano, C. S., Germano, R. A. S., & Germano, J. E. (2019). Estudo das causas de cegueira e baixa de visão em uma escola para deficientes visuais na cidade de Bauru. *Revista Brasileira de Oftalmologia, 78*(3). Rio de Janeiro.

Gil, M. e Org. (2000). *Cadernos da TV Escola: Deficiência Visual*. MEC: Secretaria de educação á distância. Brasília. Consult. 13 de Maio de 2020, disponível em http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf

Gomes, A. C. (2009). *Treinamento Desportivo: Estruturação e Periodozação.* 2ª ed. Porto Alegre: Artmed.

Gomes, P. B., Silva, P., & Queirós, P. (2000). *Equidade na Educação. Educação Física e Desporto na Escola.* Lisboa: Associação Portuguesa a Mulher e o Desporto.

Greco, P. J., & Benda, R. N. (1998). *Iniciação esportiva universal: Da aprendizagem motora ao treinamento técnico*. (vol. 1). Belo Horizonte: UFMG.

Greenaway, R.; Dale, N.J. (2017) 'Congenital visual impairment', in L. Cummings (ed.), Research in Clinical Pragmatics, Series: *Perspectives in Pragmatics, Philosophy & Psychology, 11*, (pp. 441-446). Cham, Switzerland: Springer International Publishing AG.

Guiramand, M. (2017). *Treinador e atleta: Significados de uma relação na aprendizagem e desempenho esportivo de alto rendimento à luz da Teoria De Buber.* Rio

Grande do Sul: M. Guiramand. Tese de Doutoramento apresentada a Escola de Humanidades da Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Hahn, E. (1987). *L'entraînement Sportif des Enfants*. Paris: Editions Vigot.

Hall, J. E. (2011). *Tratado de Fisiologia Médica*. 12ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier.

Harper, R. A., & Shock, J. P. (2011). Cristalino. In Paul Riordan-Eva • John P. Whitcher. *Oftalmologia geral de Vaughan & Asbury*. 17ª ed. Porto Alegre: Artmed.

Haywood, K. M., & Getchell, N. (2016). *Desenvolvimento Motor ao longo da vida*. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed.

Heller, M. A. (1991). Introduction. In: M. A. Heller & W. Schiff (EDs), *The Psycology of touch*. *1ª eds*. (pp.1-20). Hillsdale, NJ: erlbaum: Psychology press.

Howe, P. D., & Jones, C. (2006). Classification of disabled athletes: (Dis)Empowering the Paralympic. Practice Community. *Sociology of Sport Journal, 23*, p.29-46.

IBSA (2020). Judo – Results. Consult. 17 de Maio de 2020, disponível em https://www.ibsasport.org/sports/judo/results/

IBSA. (2014). *IBSA Judo World Championships 2014 USA – results*. Consult. 17 de Maio de 2020, disponível em *https://www.ibsasport.org/sports/files/357-Results-IBSA-Judo-World-Championships-Sept-2014-USA---results.pdf*

IBSA. (2015*). IBSA World Games and Judo World Championships 2015 KOR – results*. Consult. 17 de Maio de 2020, disponível em *https://www.ibsasport.org/sports/files/434-Results-Seoul-2015-IBSA-World-Games-judo-results-full.pdf*

IBSA. (2016*). Paralympic Games Rio de Janeiro 2016 – results*. Consult. 17de Maio de 2020, disponível em: *https://www.ibsasport.org/sports/files/613-Results-Judo-results-Rio-2016-Paralympic-Games.pdf*

IBSA. (2018a). *IBSA Judo World Championships POR – results*. Consult. 17 de Maio de 2020, disponível em: https://www.ibsasport.org/sports/files/911-Results-2018-IBSA-Judo-World-Championships-Portugal---results-book.pdf

IBSA. (2018b). *IBSA Classification Rules*. Consult. 17 de Maio de 2020, disponível em *https://www.ibsasport.org/documents/files/182-1-IBSA-Classification-rules-2018.pdf*

IBSA. (2018c). *Judo Rules*. Consult. 17 de Maio de 2020, disponível em http://www.ibsasport.org/sports/judo/rules/. Acesso em 14 maio de 2020.

IJF. (2009). *International Judo Federation Ordinary Congress*. Consult. 17 de Outubro de 2020, disponível em http://99e89a50309ad79ff91d-082b8fd5551e97bc65e327988b444396.r14.cf3.rackcdn.com/up/2016/08/Roterd

am_IJF_209_Ordinary_Cong-1470137463.pdf

IJF. (2020). *Sport and Organisation Rules*. Consult. 17 de Maio de 2020, disponível em *https://78884ca60822a34fb0e6-082b8fd5551e97bc65e327988b444396.ssl.cf3.rackcdn.com/up/2020/07/IJF_Sport_and_Organisation_Rul-1596225374.pdf*

IPC. (2015). *Athlete Classification Code*. Consult. 10 de Março de 2020, disponível em *https://www.paralympic.org/classification-code*

IPC. (2020). *History of Classification*. Consult. 29 de Setembro de 2020, disponível em https://www.paralympic.org/classification/history

Jackson, A. J., & Bailei, I. L. (2004). Visual Acuity. The College of Optometrists University of Berkeley. CA – USA.

Jones, R. L., & Cheetham, R. (2001). Physical Education in the National Curriculum: Its Purpose and Meaning for Final Year Secondary School Students. Physical Education & Sport Pedagogy, 6(2), 81-100.

Júnior, D. R., & Ré, A. H. N. (2009). *Esporte e Atividade Física na Infância e na Adolescência: Uma abordagem multidisciplinar.* 2ª ed. Porto Alegre: Artemed.

Juodzbaliene, V., & Muckus, K. (2006). *The influence of the degree of visual impairment on psychomotor reaction and equilibrium maintenance of adolescents.* Medicina (Kaunas), 42(1), 49-56.

Kano, J. (2006). Mind Over Muscle: Writings From the Founder of Judo. *Revista de Artes Marciales Asiáticas, 1*(3), 88-89.

Kano, J. (2008). *Judô Kodokan*. São Paulo: Cultrix.

Kirk, D., & Goreli, T. (2000). Challenging Thinking About the Relationship Between School Physical Education and Sport Performance. *European Physical Education Review, 6*(2), 119-134.

Krabben, K. J., Kamp, J. V., & Mann, D. L. (2018). Figth without sight: The contribuition of vision to Judo performance. Psychology of Sport and Exercise, 37, 157-163

Krabben, K. J., Ravensbergen, R. H. J. C.; Nakamoto, H.; Mann, D. L. (2019). *The development of evidence-based classification of vision impairment in Judo: A Delphi study*. Frontiers in Psychology. *v.10.*

Lalanne, C., & Lorenceau, J. (2004). Crossmodal integration for perception and action. *Journal of Physiology-Paris*. *98,* 265-279. *http://dx.doi.org/10.1016/j.jphysparis.2004.06.001*.

Lešták, J., Pitrová, Š., Nutterová, E., & Bartošová, L. (2019). Normal tension vs high

tension glaucoma: an - overview. Normotenzní versus hypertenzní glaukom - přehled. *Cesk Slov Oftalmol. 75*(2):55-60. doi:10.31348/2019/2/1.

Lima, T. (1981*). Alta competição: Desporto de dimensões humanas?* Coleção Cultura Física – Lisboa: Livros Horizontes.

Maciel, L. H. R. (2015). *Construções e Transições de Carreiras no Esporte Profissional: Um Estudo Com Ex-Atletas De Alto Rendimento*. Minas Gerais: L. Maciel. Tese de Doutoramento apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal De Lavras.

Maguill, H. A. (2000). *Aprendizagem Motora: conceitos e aplicações*. 5ª edição. São Paulo: Editora Edgard Blucher.

Maia, Núbia C. F. (2018*). Fundamentos básicos da oftalmologia e suas aplicações*. Universidade Federal do Tocantins. Palmas: EDUFT.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003*). Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. - São Paulo: Atlas.

Marwood, D. (2002). *Judo: Iniciación y Perfeccionamiento*. 3ª edición. Barcelona: Editorial Paidotribo.

Matos, R. M. N. (2008*). Campo visual útil, divisão da atenção e velocidade de reacção periférica: Treinabilidade e transfer da prática desportiva para tarefas de condução automóvel*. Lisboa: R. Matos. Dissertação de Doutoramento Ciências da Motricidade apresentada à Faculdade de Motricidade Humana de Lisboa.

Medeiros, A. (2016*). Noção Corporal, Lateralidade e Estruturação Espaço-Temporal na deficiência visual: estudo comparativo entre praticantes e não praticantes de Goalball*. Porto: A. Medeiros. Dissertação de Mestrado em Atividade Física Adaptada apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Messias, A., Jorge, R., & Cruz, A. A. V. (2010). Tabelas para medir acuidade visual com escala logarítmica: porque usar e como construir*. Arq. Bras. Oftalmol. 73*(1), 96-100.

Messias, A., Jorge,R., & Cruz, A. (2010). Tabelas para medir acuidade visual com escala logarítmica: porque usar e como construir. *Arquivos Brasileiros de Oftalmologia, 73*(1), 96-100.

Miarka, B.; Interdonato, G. C.; Greguol, M.; Franchini, E. (2011). *Paraolimpismo, Judô adaptado e suas precondições de convivência*. In: Revista Hórus, 5(1).

Miskolci, Richard. (2012). *Teoria Queer: Um aprendizado pelas diferenças*. Série Cadernos da Diversidade. Belo Horizonte: Autêntica.

Morato, P. P. (1995). A cognição espacial. Em: J. Barreiros e L. Sardinha (Eds.),

Percepção & Acção. Faculdade de Motricidade Humana. Lisboa – Portugal.

Munster, M. d. A., & Almeida, J. J. G. (2013). Atividade Física e Deficiência Visual. In M. Graguol & R. F. Costa (Eds.), *Atividade Física Adaptada: Qualidade de vida para pessoas especiais*. São Paulo: Manole.

Murdock, E. (1990). Physical education and sport: the interface. In: *New directions in physical education*. New York: Human Kinetics.

Myer G. D.; Jayanthi N.; Difiori J. P.; Faigenbaum, A. D.; Kieser, A. W.; Logerstedt, D.; Micheli, L. J. (2015). Sport Specialization, Part I: Does Early Sports Specialization Increase Negative Outcomes and Reduce the Opportunity for Success in Young Athletes?. *Sports Health 7*(5), 437-442. doi:10.1177/1941738115598747

Nahas, M. V. (2013). *Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo*. 6ª ed. Londrina: Editora Midiograf.

Naipal, S., & Rampersad, N. (2018). A review of visual impairment. *Afr Vision Eye Health, 77*(1), a393.

Neves, S. P. (2016*). Os custos na deficiência visual em Portugal: estudo exploratório*. Lisboa: S. Neves. Dissertação de Mestrado em Gestão de Saúde apresentado à Universidade Nova de Lisboa.

ONU. (2007). *Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com deficiência 2006*. Consult. 07 Novembro de 2019, disponível em *https://www.un.org/development/desa/disabilities-es/convencion-sobre-los-derechos-de-las-personas-con-discapacidad-2.html*

ONU. (2019) *World Population Prospects 2019*. Consult. 18 de Maio 2020, disponível em *https://population.un.org/wpp/Download/Standard/Population/*

Organização Mundial da Saúde. (2013). *Como usar a CIF: Um manual prático para o uso da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Versão preliminar para discussão*. Genebra: OMS

Pasqualotto, A. & Proulx, M. J. (2012). The role of visual experience for the neural basis of spatial cognition. *Neuroscience & Biobehavioral Reviews*. *36*, 1179–1187. *https://doi.org/10.1016/j.neubiorev.2012.01.008*

Pedriza, L. (2013). *La Libertad De Creencias En La Constitución Japonesa*. Revista de Derecho Político, 89, p. 269-298. UNED.

Pereira, O., Monteiro, I., & Pereira, A. L. (2011). A visibilidade da deficiência – Uma revisão sobre as …*Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 23,* 199-217.

Pinto, J. (1998). *Performance Factors in Soccer*. Notational Analysis of sport IV.

Proceedings of the IV World Congress of Notational Analysis of Sport. Centre for team sports studies. FADEUP. Porto- Portugal.

Pisco, P. (2008). *Equidade e Inclusão: Serão as Políticas Educativas Suficientes? Conferência Internacional "Educando o Cidadão Global: Globalização, Educação e Novos Modos de Governação"*. Lisboa: Universidade Lusófona

Powers, S. K., & Howley, E. T. (2014). *Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho*. 8ª ed. Barueri – São Paulo: Manole.

Ramos, D. (2017). *Xintoísmo*. Escrytos

Rayner, K. (1998). Eye movement in Reading and information processing: 20 years of research. *Psychological Bulletin*, 124(3), pp 372-422.

Reis, G. C. (2018). *Estimativa da especialização esportiva precoce em escolares*. São Cristóvão: G. Reis. Dissertação de Mestrado em Educação Física apresentada à Universidade Federal de Sergipe.

Resnikoff S., Pascolini D., Mariotti S.P., & Pokharel G.P. (2008). Global magnitude of visual impairment caused by uncorrected refractive errors in 2004. *Bull World Health Organ*, 86(1), p. 63-70.

Rhein, L. D. O., Berzghal, R. M. Z.; & Bouére, I. B. C. (2015). Considerações Psicossociais e Neurovisuais sobre a Inclusão do deficiente Visual no Ambiente Escolar. *Revista Diálogos Interdisciplinares, 4*(1), p. 87-92.

Ribeiro, C. A. M. (2009). *Coordenação Motora em Populações Especiais.* Porto: C. Ribeiro. Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto.

Riddering, A. T. (2016). *Visual impairment and factors associated with difficulties with daily tasks*. Michigan: A. Riddering. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Filosofia do oeste de Michigan.

Riordan-Eva, Paul. (2011). Óptica e refração. In Paul Riordan-Eva, John P. Whitcher: *Oftalmologia geral de Vaughan & Asbury.* 17ª edição. Porto Alegre: Artmed.

Rubio, Kátia. (1999). A Psicologia do Esporte: Histórico e Áreas de Atuação e Pesquisa. Psicologia ciência e profissão. Vol.19 nº. 3. Pg 60-69.

Sá, E. D., Campos, I. M., & Silva, M. B. C. (2007). *Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Visual.* Curitiba: Editora Cromos.

Saad, M. A., Nascimento, J. V., & Milistetd, M. (2013). Nível de Desenvolvimento Técnico-Tático de Jovens Jogadores de Futsal, considerando a experiência esportiva. *Revista de Educação Física/UEM, 24*(4), p. 535-544.

Sanders, A. F. (1993). Processing information in the functional visual field. In G.

d'Ydewalle & J. Van Rensbergen (Eds.), Studies in visual information processing, Vol. 4. Perception and cognition: Advances in eye movement research (p. 3–22). North-Holland/Elsevier Science Publishers.

Santos, L. G. T. F., & Pianca, E. V. (2016). *Atividades físicas e esportes adaptados*. Londrina: Editora Educacional.

Sardegna, J., Shelly, S., Rutzen, A. R., & Steidl, S. M. (2002). *The Encyclopedia of Blindness and Vision Impairment*. Facts On File, Inc, Second Edition.

Scherer, R. L. (2012*). Qualidade De Vida De Adultos Com Deficiência Visual Da Grande Florianópolis*. Florianópolis: R. Scherer. Dissertação de mestrado em Educação Física apresenta à Universidade Federal de Santa Catarina.

Schumacher, G. B. (2018). *Um estudo sobre a estrutura organizacional e o funcionamento do Judô paralímpico no Brasil*. Porto Alegre: G. Schumacher. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Seixas, A. (2008). *A Proprioceptividade em indivíduos cegos e normovisuais praticantes e não praticantes de actividade física*. Porto: A. Seixas. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Shah, M., *Khan*, M., *Khan*, M. T., *Khan*, M. Y., & *Saeed,* N. (2011). Causes of Visual Impairment in Children with Low Vision. *Journal of the College of Physicians and Surgeons Pakistan, 21*(2), p. 88-92.

Sihota, R., & Tandon, R. (2015*). Parson's diseases of the eye*. 22º Editions. Haryana, India: Elsevier.

Silva, G. M. G. (2005). *Talento Esportivo: Um estudo dos Indicadores somatomotores na seleção de jovens escolares*. Rio Grande do Sul: G. Silva. Dissertação de Mestrado em Ciências do Movimento Humano apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Silva, L. (2019*). Protocolos De Treinamento Físico para o Judô: Efeitos Sobre Parâmetros Fisiológicos, Neuromusculares e Desempenho Específico E Não Específico.* Pernambuco: L. Silva. Dissertação de Pós-graduação em Nutrição, Atividade Física e Plasticidade Fenotípica apresentada à Universidade Federal de Pernambuco.

Silva, M. R. S., & Gonçalves, A. V. L. (2013). Artes marciais e lutas: uma análise da produção de saberes no campo discursivo da educação física brasileira*. Revista brasileira de ciências do esporte, 35*(3), p. 657-671. Curitiba - Brasil.

Silva, M. R., Nobre, M. I. R. S., Carvalho, K. M., & Montilha, R. C. L. (2004). Deficiência

visual, reabilitação e Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. *Revista Brasileira de Oftalmologia, 73*(5), p. 291- 301.

Sim, F., & Mackie, P. (2015) Sight--the most critical sense for public health? *Public Health, 129*(2). p. 89-90.

Sousa, M. F. (2010). *Do conceito de Bun Bu Ryo Do à atividade esportiva: A racionalidade moderna nas lutas marciais tradicionais*. Goiânia: M. Sousa. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Goiás.

Spector R. H. (1990). Visual Fields. In: Walker HK, Hall WD, Hurst JW, editors. *Clinical Methods: The History, Physical, and Laboratory Examinations*. 3rd edition, capítulo 116. Boston: Butterworths.

Stevens, J. (2007). Três mestres do budo: Kano (judô), Funakoshi (karatê), Ueshiba (aikido). *São Paulo: Cultrix.*

Strohkendl, H. (2001). Implications of sports classification systems for persons with disabilities and consequences for science and research. In: Doll-Tepper, G.; Kroner, M.; Sonnenschein, W. *Vista'99: New Horizons in Sport for Athletes with a Disability*, pp. 281-301. Koln: Meyer & Meyer Sport.

Swann, C., Moran, A., & Piggott, D. (2015). Defining elite athletes: Issues in the study of expert performance in sport psychology. *Psychology of Sport and Exercise, 16*(1), p. 3-14.

Temporini, E. R., & José, N. K. (2004). A perda da visão – Estratégias de prevenção. *Arquivos Brasileiro de Oftalmologia, 67*(4), p. 597-601. São Paulo.

Tweedy, S. M., & Vanlandewijck, Y. C. (2011). International Paralympic Committee position stand--background and scientific principles of classification in Paralympic sport. *Br J Sports Med, 45*(4), 259-269.

Tweedy, S., & Howe, P. D. (2011). Introduction to the Paralympic movement. In: Y. Vanlandewijck & W. R. Thompson (1ª Eds.), *The Paralympic athlete: Handbook of sports medicine and science*. International Olympic Committee.

Ulbricht, V. R., Vanzin, T., Quevedo, S. R. P. de. (2014*). Conceitos e Práticas em Ambiente Virtual de Aprendizagem Inclusivo*. São Paulo: Pimenta Cultural.

UNESCO. (2019). *Manual para garantir inclusão e equidade na educação.* Brasília: UNESCO.

Vallerand, R. J. (2007). Intrinsic and Extrinsic Motivation in Sport and Physical Activity: A Review and a Look at the Future. In G. Tennenbaum & R. Eklund (Eds.), *Handbook of Sport Psychology* (3rd ed., pp. 59-83). New York: John Wiley & Sons.

Veloso, R., Cachada, J. M., Aranha, Á., Garcia, R. P. (2010). *Uma perspectiva de abordagem do judo – ideias e sugestões de trabalho*. Vila Real – Portugal: UTAD.

Vieira, L. F., Vissoci, J. R. N., Oliveira, L. P., & Vieira, J. L. L. (2010). Psicologia do Esporte: Uma área emergente da Psicologia. Psicologia em Estudo, Maringá, 15(2), p. 391-399.

Voser, R. C., Hernandez, J. A. E., Okubo, J. C., & Junior, M. A. S. D. (2017). A motivação para o esporte: Um estudo descritivo com atletas profissionais de futebol. *Revista Brasileira de Futsal e Futebol, Edição Especial: Pedagogia do Esporte, 9*(35). p.399-405. São Paulo.

Watkinson, S., & Graham, S. (2005). *Visual impairment in children. 19*(51), 58-65; quiz 66.

Weinreb R. N., Aung T., & Medeiros F. A. (2014). The pathophysiology and treatment of glaucoma: a review. *JAMA, 311*(18), p. 1901-1911.

West, S. K., Rubin, G. S., Broman, A. T., Munoz, B., Bandeen-Roche, K., & Turano, K. (2002). How does visual impairment affect performance on tasks of everyday life? The SEE Project. Salisbury Eye Evaluation. *Arch Ophthalmol, 120*(6), 774-780

WHO (2019a*). International Classification of Diseases Version 10. Chapter VII Diseases of the eye and adnexa* (H00-H59). Disponível em *https://icd.who.int/browse10/2019/en#/H53-H54*

WHO (2020). *Informe mundial sobre la visión*. Organización Mundial de la salud. Licencia: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. Consult.17 de maio de 2020, disponível em *https://apps.who.int/iris/handle/10665/331423*

WHO. (2010*). International statistical classification of diseases and related health problems*. 10th revision, 2º vol.

WHO. (2013). Universal eye health: a global action plan 2014-2019.

WHO. (2015). *Change the Definition of Blindness*. Consult. 13 de maio de 2020, disponível em *http://www.who.int/blindness/Change the Definition of Blindness.pdf*

WHO. (2019b). *Blindness and vision impairment*. Consult. 18 de maio de 2020, disponível em *https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/blindness-and-visual-impairment*

WHO. (2019c). *Wolrd report on vision*. Consult. 18 de maio de 2020, disponível em *https://www.who.int/publications-detail/world-report-on-vision*

Winnick, P. J. (2010). *Adapted physical educacation and sport*. 5ª edição, Champaign: Human Kinectics.

CAPÍTULO VI

6. Anexos

Anexo 1 - Resultado Final Masculino do Campeonato Mundial de Judo IBSA Colorado Springs (USA) 2014



-60 kg		
1.	MOULOUD, Noura B3	ALG
2.	BAFOEV, Shukhrat B2	UZB
3.	HIRAI, Takaaki B3	JPN
3.	NAMAZOV, Sherzod B3	UZB
5.	BOLORMAA, Uugankhuu B3	MGL
5.	VILLEMONT, Kevin B3	FRA
7.	BELLABAS, Mohamed Kamel B3	ALG
7.	LI, Xiaodong B1	CHN

-66 kg		
1.	MUSTAFAYEV, Bayram B3	AZE
2.	NIGMATOV, Utkirjon B3	UZB
3.	BERDIYOROV, Nurbek B2	UZB
3.	PARK, Jongseok B2	KOR
5.	KHORAVA, Davyd B2	UKR
5.	RUDENKO, Viktor B1	RUS
7.	AAJIM, Munkhbat B3	MGL
7.	PEREZ DIAZ, Luis B2	PUR

-73 kg		
1.	GASIMOV, Ramil B2	AZE
2.	KOTENKO, Serhii B2	UKR
3.	SAYIDOV, Feruz B3	UZB
3.	SOLOVEY, Dmytro B2	UKR
5.	DJURAEV, Azizbek B3	UZB
5.	KURBANOV, Shakhban B2	RUS
7.	OLIVEIRA, Abner B3	BRA
7.	RODRIGUEZ REYES, Gerardo B3	CUB

-81 kg		
1.	AVILA SANCHEZ, Eduardo B3	MEX
2.	KOSINOV, Olexandr B2	UKR
3.	DRANE, Jonathan B2	GBR
3.	SAFAROV, Rovshan B3	AZE
5.	CRUZ ALONSO, Isao Rafael B3	CUB
5.	JONARD, Cyril B1	FRA
7.	AYDIN, Serdar B3	TUR
7.	KHALIIOV, Sharif B2	UZB

-90 kg		
1.	CROCKETT, Dartanyon B3	USA
2.	KURBANOV, Malik B3	RUS
3.	BOBOEV, Shukhrat B3	UZB
3.	NAZARENKO, Oleksandr B3	UKR
5.	LENCINA, Jorge B3	ARG
5.	SHEVCHENKO, Anatoly B1	RUS
7.	HIERREZUELO MARCILLIS, Jorge B3	CUB
7.	WALBY, Tony B1	CAN

-100 kg		
1.	KURAMAGOMEDOV, Abdula B2	RUS
2.	SHARIPOV, Shirin B3	UZB
3.	BOLUKBASI, Ibrahim B3	TUR
3.	FERNANDEZ SASTRE, Yordani B2	CUB
5.	CHOI, Gwanggeun B2	KOR
5.	PORTER, Myles B3	USA
7.	SKELLEY, Christopher B2	GBR
7.	UPMANN, Oliver B2	GER

+100 kg		
1.	TULENDBAEV, Adiljan B3	UZB
2.	JIMENEZ DOMINGUEZ, Yangaliny B3	CUB
3.	ARAUJO, Wilians B1	BRA
3.	MASAKI, Kento B3	JPN
5.	MONTERO, William B1	VEN
5.	ZAKIYEV, Ilham B1	AZE
7.	AKAEV, Osman B1	RUS
7.	PARASIUK, Alexandr B2	RUS

Anexo 2 - Resultado Final Feminino do Campeonato Mundial de Judo IBSA Colorado Springs (USA) 2014.



-48 kg		
1.	LI, Liqing B2	CHN
2.	BRUSSIG, Carmen B2	GER
3.	CARDOSO, Karla B3	BRA
3.	STEPANYUK, Alesya B2	RUS
5.	HALINSKA, Yuliya B2	UKR
5.	OLIANO, Luiza B1	BRA
7.	FAYZULLINA, Aygul B2	RUS
7.	TASIN, Ecem B2	TUR

-52 kg		
1.	NIKOLAYCHYK, Nataliya B2	UKR
2.	BRUSSIG, Ramona B3	GER
3.	ABDELLAOUI, Cherine B3	ALG
3.	LI, Yanqing B2	CHN
5.	POTAPOVA, Viktoria B1	RUS
5.	SALAEVA, Sevinch B3	UZB
7.	FERREIRA, Michele B2	BRA
7.	USLU, Merve B1	TUR

-57 kg		
1.	CHERNIAK, Inna B2	UKR
2.	ABDULLAYEVA, Sabina B2	AZE
3.	ARAUJO, Lucia B3	BRA
3.	WANG, Lijing B2	CHN
5.	KOSEOGLU, Serife B2	TUR
5.	MERENCIANO HERRERO, Monica B2	ESP
7.	BURANYI, Flora B1	HUN
7.	SIMON, Cynthia B3	USA

-63 kg		
1.	HUSIEVA, Iryna B2	UKR
2.	RODRIGUEZ CLARK, Dalidaivis B2	CUB
3.	POZDNYSHEVA, Olga B2	RUS
3.	ZHOU, Tong B2	CHN
5.	PERNHEIM, Nicolina B1	SWE
5.	YONEDA, Mayumi B2	JPN
7.	BOGDANOVA, Elena B2	RUS
7.	SULTANOVA, Afag B2	AZE

-70 kg		
1.	SZABO, Nikolett B2	HUN
2.	ZHOU, Qian B2	CHN
3.	RUVALCABA ALVAREZ, Lenia Fabiola B3	MEX
3.	ZABRODSKAYA, Olga B3	RUS
5.	HERRERA GOMEZ, Carmen B3	ESP
5.	SAVOSTIANOVA, Tatiana B2	RUS
7.	DEMIRCAN, Guler B3	TUR
7.	GREENHOUGH, Natalie B2	GBR

+70 kg		
1.	YUAN, Yanping B2	CHN
2.	KALYANOVA, Irina B2	RUS
3.	ALMEIDA, Deanne B2	BRA
3.	KACHAN, Arina B3	BLR
5.	GANIEVA, Svetlana B3	RUS
5.	TASBAG, Mesme B3	TUR
7.	DAVIS, Katie B1	USA
7.	MIHAYLOVA, Ivomira B1	BUL

www.ippon.org (c) International Judo Federation IJF

Anexo 3 - Resultado Final Masculino do Campeonato Mundial de Judo IBSA Seoul (KOR) 2015.

IBSA World Games and Judo World Championships 2015

Seoul (KOR), 13-15 May 2015

Men
Final Results

-60 kg

1.	NOURA, Mouloud B3	ALG
2.	HIRAI, Takaaki B3	JPN
3.	HIROSE, Makoto B2	JPN
3.	SARIYEV, Anuar B3	KAZ
5.	BELLABAS, Mohamed Kamel B3	ALG
5.	IBRAHIMOV, Ramin B2	AZE
7.	GHOLAMI, Reza B2	IRI
7.	KARN, Justin B3	CAN

-66 kg

1.	NIGMATOV, Utkirjon B3	UZB
2.	AAJIM, Munkhbat B3	MGL
3.	KHORAVA, Davyd B2	UKR
3.	PARK, Jong Seok B2	KOR
5.	LAMRI, Sid Ali B3	ALG
5.	RUDENKO, Viktor B1	RUS
7.	FUJIMOTO, Satoshi B2	JPN
7.	MERKULOV, Artem B1	RUS

-73 kg

1.	SOLOVEY, Dmytro B2	UKR
2.	KURBANOV, Shakhban B2	RUS
3.	KOTENKO, Serhii B2	UKR
3.	MESKINE, Mehdi B3	ALG
5.	ORYNBASSAR, Kuralbay B3	KAZ
5.	SAYIDOV, Feruz B3	UZB
7.	CANNIZZARO, Simone B3	ITA
7.	RADJAI, Youcef B2	ALG

-81 kg

1.	LEE, Jung Min B2	KOR
2.	KHALILOV, Sharif B3	UZB
3.	AVILA SANCHEZ, Eduardo B3	MEX
3.	KOSINOV, Olexandr B2	UKR
5.	JONARD, Cyril B1	FRA
5.	NOURI JAFARI, Seyed Omid B2	IRI
7.	AYDIN, Serdar B3	TUR
7.	PEREIRA, Harlley Damiao B1	BRA

-90 kg

1.	GOGOTCHURI, Zviad B2	GEO
2.	INGRAM, Samuel B3	GBR
3.	BOBOEV, Shukhrat B3	UZB
3.	NAZARENKO, Oleksandr B3	UKR
5.	CROCKETT, Dartanyon B3	USA
5.	VAZQUEZ CORTIJO, Abel B3	ESP
7.	FEDIN, Vladimir B2	RUS
7.	LENCINA, Jorge B3	ARG

-100 kg

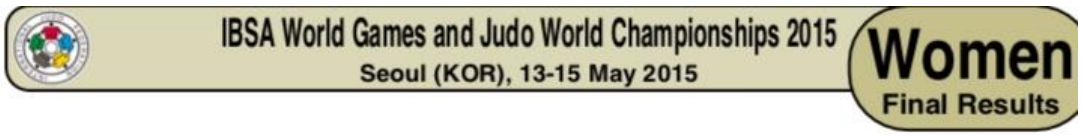
1.	SHARIPOV, Shirin B3	UZB
2.	CHOI, Gwang Geun B1	KOR
3.	ALIZADEH, Hamed B2	IRI
3.	SKELLEY, Christopher B3	GBR
5.	POMINOV, Oleksandr B2	UKR
5.	PORTER, Myles B3	USA
7.	MATSUMOTO, Yoshikazu B1	JPN
7.	PAPACHRISTOS, Theoklitos B1	GRE

+100 kg

1.	GAIDAROV, Gaidar B2	RUS
2.	HODGSON, Jack B2	GBR
3.	ARAUJO, Wilians B1	BRA
3.	PARASIUK, Aleksandr B2	RUS
5.	HAYRAN, Dursun B3	TUR
5.	MONTERO LOPEZ, William B1	VEN
7.	ANDERSON, Robert B3	USA
7.	MULHERN, Steven B3	USA

www.ippon.org (c) International Judo Federation IJF

Anexo 4 - Resultado Final Feminino do Campeonato Mundial de Judo IBSA Seoul (KOR) 2015.



-48 kg		
1.	BRUSSIG, Carmen B2	GER
2.	LEE, Kai Lin B2	TPE
3.	LIN, Shaoli B1	CHN
3.	POTAPOVA, Victoria B1	RUS
5.	HALINSKA, Yuliya B2	UKR
5.	TASIN, Ecem B2	TUR
7.	CARDOSO, Karla B3	BRA
7.	OLIANO, Luiza B1	BRA

-52 kg		
1.	STEPANIUK, Alesia B2	RUS
2.	NIKOLAYCHYK, Nataliya B2	UKR
3.	BRUSSIG, Ramona B2	GER
3.	MARTINET, Sandrine B2	FRA
5.	ISHII, Ayumi B2	JPN
5.	SALAEVA, Sevinch B3	UZB
7.	CELIK, Zeynep B2	TUR
7.	LI, Biyun B2	CHN

-57 kg		
1.	SEO, Ha Na B3	KOR
2.	CHERNIAK, Inna B2	UKR
3.	ARAUJO, Lucia B3	BRA
3.	SULTANOVA, Afag B2	AZE
5.	GAURGASHVILI, Zeynab B2	RUS
5.	MIWA, Junko B3	JPN
7.	BOGDANOVA, Elena B2	RUS
7.	KILIC, Gulhan B2	TUR

-63 kg		
1.	JIN, Song Lee B2	KOR
2.	POZDNYSHEVA, Olga B2	RUS
3.	HUSIEVA, Iryna B2	UKR
3.	NURMETOVA, Tursunpashsha B3	UZB
5.	PERNHEIM, Nicolina B1	SWE
5.	YONEDA, Mayumi B2	JPN
7.	LIN, Shuming B2	CHN
7.	LKHAIJAV, Turuunaa B1	MGL

-70 kg		
1.	CHEPURINA, Svitlana B2	UKR
2.	PARK, Hayeong B2	KOR
3.	MARTINS, Alana B2	BRA
3.	SZABO, Nikolett B2	HUN
5.	RUVALCABA ALIVAREZ, Lenia B3	MEX
5.	SAVOSTYANOVA, Tatiana B2	RUS
7.	RAHIMOVA, Gulruh B3	UZB
7.	SOAZO, Naomi B2	VEN

+70 kg		
1.	KALYANOVA, Irina B3	RUS
2.	KACHAN, Arina B3	BLR
3.	SILVA DE ALMEIDA, Deanne B2	BRA
3.	TASBAG, Mesme B3	TUR
5.	ALIMOVA, Khayitjon B3	UZB
5.	GANIEVA, Svetlana B3	RUS
7.	CHUNG, Sarah B3	USA
7.	GEIS, Angela B3	USA

www.ippon.org (c) International Judo Federation IJF

Anexo 5 - Resultado Final Masculino dos Jogos Paralímpico Rio de Janeiro (BRA) 2016.



-60 kg		
1.	NAMOZOV, Sherzod B2	UZB
2.	HIROSE, Makoto B2	JPN
3.	BOLOGA, Alex B1	ROU
3.	BOLORMAA, Uugankhuu B3	MGL
5.	BORGES, Henry B1	URU
5.	IBRAHIMOV, Ramin B2	AZE
7.	LEE, Minjae B2	KOR
7.	SARIYEV, Anuar B3	KAZ

-66 kg		
1.	NIGMATOV, Utkirjon B3	UZB
2.	MUSTAFAYEV, Bayram B2	AZE
3.	FUJIMOTO, Satoshi B2	JPN
3.	KHORAVA, Davyd B2	UKR
5.	BAREIKIS, Osvaldas B3	LTU
5.	PARK, Jongseok B2	KOR
7.	OLIVEIRA BOTO, Halyson B2	BRA
7.	PEREZ DIAZ, Luis Jabdiel B2	PUR

-73 kg		
1.	GASIMOV, Ramil B2	AZE
2.	SOLOVEY, Dmytro B2	UKR
3.	KORNHASS, Nikolai B2	GER
3.	SAYIDOV, Feruz B3	UZB
5.	KITAZONO, Aramitsu B1	JPN
5.	RODRIGUEZ, Gerardo B3	CUB
7.	BRICENO, Mauricio B2	VEN
7.	MESKINE, Mehdi B3	ALG

-81 kg		
1.	AVILA SANCHEZ, Eduardo Adrian B3	MEX
2.	LEE, Jungmin B2	KOR
3.	KOSINOV, Oleksandr B2	UKR
3.	SAFAROV, Rovshan B2	AZE
5.	DRANE, Jonathan B2	GBR
5.	NOURI JAFARI, Seyed Omid B2	IRI
7.	EFFRON, Jose B2	ARG
7.	KHALILOV, Sharif B3	UZB

-90 kg		
1.	GOGOTCHURI, Zviad B2	GEO
2.	NAZARENKO, Oleksandr B3	UKR
3.	BOBOEV, Shukhrat B3	UZB
3.	CROCKETT, Dartanyon B3	USA
5.	HIERREZUELO, Jorge B3	CUB
5.	INGRAM, Samuel B3	GBR
7.	CAVALCANTE DA SILVA, Arthur B1	BRA
7.	LENCINA, Jorge B3	ARG

-100 kg		
1.	CHOI, Gwanggeun B1	KOR
2.	TENORIO, Antonio B1	BRA
3.	FERNANDEZ SASTRE, Yordani B3	CUB
3.	SHARIPOV, Shirin B3	UZB
5.	ABDULLAKHANLI, Kanan B3	AZE
5.	SKELLEY, Christopher B2	GBR
7.	ALIZADEH, Hamed B2	IRI
7.	BOLUKBASI, Ibrahim B3	TUR

+100 kg		
1.	TULEDIBAEV, Adiljan B3	UZB
2.	SILVA DE ARAUJO, Wilians B1	BRA
3.	JIMENEZ, Yangaliny B2	CUB
3.	MASAKI, Kento B2	JPN
5.	NADRI, Hamzeh B2	IRI
5.	ZAKIYEV, Ilham B1	AZE
7.	ALBDOOR, Garrah B2	IRQ
7.	HODGSON, Jack B2	GBR

www.ippon.org (c) International Judo Federation IJF

Anexo 6 - Resultado Final Feminino dos Jogos Paralímpico Rio de Janeiro (BRA) 2016.



-48 kg		
1.	LI, Liqing B2	CHN
2.	BRUSSIG, Carmen B2	GER
3.	HALINSKA, Yuliya B2	UKR
3.	TASIN, Ecem B2	TUR
5.	HANGAI, Shizuka B2	JPN
5.	LEE, Kai-Lin B2	TPE
7.	FERREIRA CARDOSO, Karla B3	BRA
7.	GOMEZ, Paula B1	ARG

-52 kg		
1.	MARTINET, Sandrine B2	FRA
2.	BRUSSIG, Ramona B2	GER
3.	ABDELLAOUI, Cherine B3	ALG
3.	SALAEVA, Sevinch B3	UZB
5.	FERREIRA, Michele Aparecida B2	BRA
5.	GAGNE, Priscilla B1	CAN
7.	ISHII, Ayumi B2	JPN
7.	LOHATSKA, Liudmyla B2	UKR

-57 kg		
1.	CHERNIAK, Inna B2	UKR
2.	DA SILVA TEIXEIRA ARAUJO, Lucia B3	BRA
3.	HIROSE, Junko B3	JPN
3.	SEO, Hana B3	KOR
5.	MERENCIANO HERRERO, Maria Monica B2	ESP
5.	WANG, Lijing B2	CHN
7.	ABDULLAYEVA, Sabina B2	AZE
7.	BURANYI, Flora B1	HUN

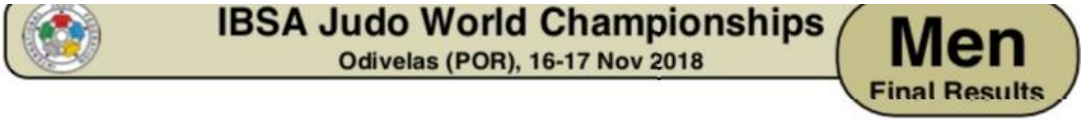
-63 kg		
1.	RODRIGUEZ, Dalidaivis B2	CUB
2.	HUSIEVA, Iryna B2	UKR
3.	JIN, Songlee B2	KOR
3.	NURMETOVA, Tursunpashsha B3	UZB
5.	PERNHEIM, Nicolina B1	SWE
5.	ZHOU, Tong B2	CHN
7.	YONEDA, Mayumi B2	JPN
7.		

-70 kg		
1.	RUVALCABA ALVAREZ, Lenia Fabiola B3	MEX
2.	MARTINS MALDONADO, Alana B2	BRA
3.	RAHIMOVA, Gulruh B3	UZB
3.	SOAZO, Naomi B2	VEN
5.	BRESKOVIC, Lucija B3	CRO
5.	SZABO, Nikolett B2	HUN
7.	GREENHOUGH, Natalie B2	GBR
7.	ZHOU, Qian B3	CHN

+70 kg		
1.	YUAN, Yanping B3	CHN
2.	ALIMOVA, Khayitjon B3	UZB
3.	GARCIA, Christella B1	USA
3.	TASBAG, Mesme B3	TUR
5.	KACHAN, Arina B3	BLR
5.	SILVA DE ALMEIDA, Deanne B2	BRA
7.	CHUNG, Sarah B3	USA
7.	NANTHARAK, Methawadee B1	THA

www.ippon.org (c) International Judo Federation IJF

Anexo 7 - Resultado Final Masculino do Campeonato Mundial de Judo IBSA Odivelas (POR) 2018.



-60 kg		
1.	ORAZALYULY, Olzhas B3	KAZ
2.	OULDKOUIDER, Ishak B2	ALG
3.	NAMOZOV, Sherzod B2	UZB
3.	SHIRINLI, Vugar B3	AZE
5.	GARAYEV, Orkhan B2	AZE
5.	ZHAO, Xu B3	CHN
7.	PAHISSA, Borja B3	ESP
7.	SUKHBAATAR, Yadamdorj B3	MGL

-66 kg		
1.	MUSTAFAYEV, Bayram B2	AZE
2.	LAMRI, Sid Ali B3	ALG
3.	GAMJASHVILI, Giorgi B2	GEO
3.	NIGMATOV, Utkirjon B3	UZB
5.	KHORAVA, Davyd B2	UKR
5.	TANAKA, Robert B3	USA
7.	ABASLI, Namig B3	AZE
7.	FALCON TOVAR, Marcos Jose B3	VEN

-73 kg		
1.	SAYIDOV, Feruz B3	UZB
2.	YANG, Seungjun B1	KOR
3.	GASIMOV, Ramil B3	AZE
3.	KORNHASS, Nikolai B2	GER
5.	KUTUEV, Vasilii B3	RUS
5.	SHELIA, Bachuki B2	GEO
7.	BAREIKIS, Osvaldas B3	LTU
7.	SOLOVEY, Dmytro B2	UKR

-81 kg		
1.	LEE, Jung Min B2	KOR
2.	RAHIMLI, Huseyn B3	AZE
3.	ALBAGACHIEV, Ruslan B2	RUS
3.	PETIT, Nathan B3	FRA
5.	KOSINOV, Olexandr B2	UKR
5.	MIRZAEV, Nurbek B3	UZB
7.	KITAZONO, Aramitsu B1	JPN
7.	VAZQUEZ CORTIJO, Abel B3	ESP

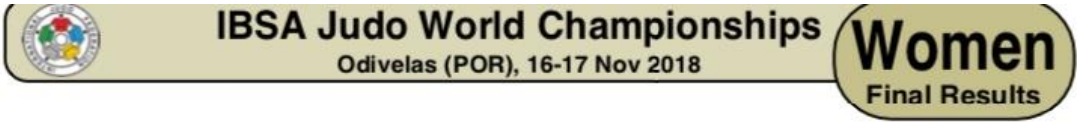
-90 kg		
1.	NAZARENKO, Oleksandr B2	UKR
2.	FEDIN, Vladimir B2	RUS
3.	NOURI, Vahid B2	IRI
3.	STEWART, Elliot B3	GBR
5.	CRETUL, Oleg B1	MDA
5.	SAFAROV, Rovshan B3	AZE
7.	CAVALCANTE DA SILVA, Arthur B1	BRA
7.	LATCHOUMANAYA, Helios B2	FRA

-100 kg		
1.	GOGOTCHURI, Zviad B2	GEO
2.	INGRAM, Samuel B3	GBR
3.	KURAMAGOMEDOV, Abdula B2	RUS
3.	SKELLEY, Christopher B2D	GBR
5.	GOODRICH, Benjamin B3	USA
5.	SHEVCHENKO, Anatolii B1	RUS
7.	KHALILOV, Sharif B3	UZB
7.	UPMANN, Oliver B2	GER

+100 kg		
1.	KHEIROLLAHZADEH, Mohammadreza B2	IRI
2.	SONG, Woohyeok B3	KOR
3.	SHARIPOV, Shirin B3	UZB
3.	ZAKIYEV, Ilham B1	AZE
5.	ARAUJO, Wilians B1	BRA
5.	GAIDAROV, Gaidar B3	RUS
7.	HARKAT, Hamza B3	ALG
7.	MASAKI, Kento B2	JPN

ippon.org v2.27 (c) International Judo Federation IJF

Anexo 8 - Anexo 8 - Resultado Final Feminino do Campeonato Mundial de Judo IBSA Odivelas (POR) 2018.



-48 kg		
1.	CHOI, Soohee B2	KOR
2.	HAJIYEVA, Shahana B2	AZE
3.	LEE, Kai Lin B2	TPE
3.	MARTINET, Sandrine B2	FRA
5.	FAIZULLINA, Aigul B2	RUS
5.	TASIN, Ecem B1	TUR
7.	HALINSKA, Yuliya B2	UKR
7.	KHURRAMOVA, Lobar B3	UZB

-52 kg		
1.	CHERNIAK, Inna B3	UKR
2.	BRUSSIG, Ramona B2	GER
3.	GAGNE, Priscilla B1	CAN
3.	SONG, Nayeong B3	KOR
5.	ABDELLAOUI, Cherine B3	ALG
5.	SALAEVA, Sevinch B3	UZB
7.	LI, Yanqing B2	CHN
7.	STEPANIUK, Alesia B2	RUS

-57 kg		
1.	CELIK, Zeynep B2	TUR
2.	HIROSE, Junko B3	JPN
3.	LIN, Zhilian B3	CHN
3.	SAMANDAROVA, Parvina B3	UZB
5.	DOS SANTOS LINS, Maria Nubea B2	BRA
5.	KIM, Seohyun B2	KOR
7.	ABDULLAYEVA, Sabina B2	AZE
7.	GAURGASHVILI, Zeynab B2	RUS

-63 kg		
1.	JIN, Song Lee B2	KOR
2.	HUSIEVA, Iryna B3	UKR
3.	POZDNYSHEVA, Olga B2	RUS
3.	WANG, Yue B2	CHN
5.	CETE ARTAR, Duygu B2	TUR
5.	PERNHEIM, Nicolina B1	SWE
7.	CELLIER, Manon B3	FRA
7.	HUSEYNOVA, Khanim B3	AZE

-70 kg		
1.	MARTINS, Alana B2	BRA
2.	ALIBOEVA, Vasila B3	UZB
3.	RUVALCABA ALVAREZ, Lenia Fabiola B3	MEX
3.	ZABRODSKAIA, Olga B2	RUS
5.	BRESKOVIC, Lucija B3	CRO
5.	HUSEYNOVA, Zulfiyya B3	AZE
7.	LEE, Gaeun B2	KOR
7.	OGAWA, Kazusa B2	JPN

+70 kg		
1.	WANG, Hongyu B2	CHN
2.	PARK, Hayeong B2	KOR
3.	COSTA, Carolina B	ITA
3.	EMMERICH, Meg B	BRA
5.	SILVA, Rebeca B3	BRA
5.	YUSUPOVA, Feruzakhon B3	UZB
7.	LEZE, Prescillia B3	FRA
7.	SAVOSTYANOVA, Tatiana B2	RUS

ippon.org v2.27 (c) International Judo Federation IJF